

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Revista do

INSTITUTO
HISTÓRICO e
GEOGRÁFICO
do

RIO GRANDE
DO SUL

RS *em* 1808

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE
DO SUL



143

RS EM 1808

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul,
Porto Alegre, ano 88, nº 143, 2008.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul / Instituto Histórico e Geográfico RS – v.1, (jan./mar. 1921) – Porto Alegre: IHGRGS, 1921 –

ISSN 1678-3484
Periodicidade anual
198 p.

1. História do Rio Grande do Sul. 2. Geografia do Rio Grande do Sul.
I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Bibliotecária: Márcia Piva Radtke CRB 10/1577

Fundado em 05.08.1920. Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal 4373 de 24/11/1921; Decreto Estadual 16565 de 15/04/1964; Decreto Municipal de Porto Alegre nº 2464 de 10/12/1962

Capa:

Ilustração de Francisco Riopardense de Macedo. Primeira sede do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1981.

Liana Bach Martins (Noticiário), Márcia Piva Radtke (Secretária da Comissão da Revista),
Niamara Pessoa Ribeiro (Revisão) e Priscila Pereira Pinto (Formatação da capa)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Riachuelo, 1317.

90010-271. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. Brasil

Horário: 13h às 19h
Telefone/ Fax (0xx51) 3224-3760
e-mail: ihgrgs@terra.com.br
ihgrgs.biblioteca@gmail.com
Site: www.ihgrgs.org.br

DIRETORIA DO IHGRGS

Presidente

Gervásio Rodrigo Neves

1º Vice-Presidente

Marcia Eckert Miranda

2º Vice-Presidente

Euripedes Falcão Vieira

Tesoureiro-Geral

Sérgio Alves Teixeira

Tesoureiro

Moacyr Flores

Secretário-Geral

Fábio Kühn

Secretário

Earle Diniz Macarthy Moreira

Coordenador do Patrimônio Cultural

Günter Weimer

Coordenador de comunicação

Celso Jaloto Ávila Junior

Conselho Fiscal

Cláudio Francisco Accurso

Heinrich Haesnack

Telmo Lauro Müller

Comissão da Revista

Marcia Eckert Miranda

Moacyr Flores

Rene Ernaini Gertz

MEMBROS EFETIVOS DO IHGRGS

Antonio Carlos Hohlfeldt – Arno Alvarez
Kern – Arthur Rabuske – Beatriz Vasconcelos Franzen – Blau Fabricio de Souza
– Celso Jaloto Ávila Junior – César Augusto Guazzelli – Cláudio Francisco Accurso – Coralio Bragança Pardo Cabeda
– Earle Diniz Macarthy Moreira – Euripedes Falcão Vieira – Fábio Kühn – Fernando O'Donnell – Flávio Loureiro Chaves
– Gervásio Rodrigo Neves – Günter Weimer – Heinrich Haesnack – Luis Alberto Cibils – Marcia Eckert Miranda – Margaret Marchiori Bakos – Miguel Frederico do Espírito Santo – Moacyr Flores – Raphael Copstein – René Ernaini Gertz – Sérgio Alves Teixeira – Telmo Lauro Müller – Vera Lucia Maciel Barroso

APRESENTAÇÃO

Quando, no ano passado, registrávamos o aniversário da Proclamação da República, eu me indaguei: “Nosso Estado sempre teve presença marcante nos grandes fatos da vida nacional. Qual o papel do Rio Grande do Sul naquele momento histórico?”. Percebi que havia elementos importantes nessa questão. E foi assim que, com a participação de intelectuais de diversas instituições (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul), publicamos um caderno a respeito do tema. Sei que ele está circulando e sendo muito útil como motivação ao estudo.

O Projeto “A construção do RS: 200 anos de organização e gestão” recua um pouco mais na investigação sobre a trajetória de construção administrativa do nosso Estado, como unidade autônoma, a partir da criação da Capitania Geral de São Pedro do Rio Grande até nossos dias. É um projeto amplo, que se compõe por diversas ações e eventos.

No dia 5 de junho de 2008 foi realizado o Seminário “O RS em 1808”, numa parceria entre o Governo do Estado e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. O conjunto de palestras destacou a importância para o Rio Grande do Sul da transferência do poder de Portugal para o Brasil, em consequência da vinda da Família Real. Essa providência estratégica e o interesse de D. João VI em relação à região do Rio da Prata impactaram profundamente a história gaúcha, solidificando a integração do seu território ao Brasil em formação.

A transformação da Capitania de São Pedro do Rio Grande em Capitania Geral, fato concretizado pela posse do primeiro Governador e Capitão-Geral, Dom Diogo de Souza, em outubro de 1809, equivaleu a sua maioria político-administrativa. Na preparação dessa nova realidade atuou o Governador Paulo Gama, cuja gestão e personalidade igualmente mereceram a atenção e a análise dos palestrantes.

Com a edição dessa Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul é oferecido ao público o resultado deste Seminário e outras contribuições relacionadas.

Yeda Rorato Crusius
Governadora

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Governadora:

YEDA RORATO CRUSIUS

CORAG

Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas

Diretor-Presidente

JORGE DRUMM

Diretor Administrativo-Financeiro

LUCIANO SILVA

Diretor Industrial

TANRAC SALDANHA

Dados técnicos:

MARIA HELENA BUENO GARGIONI

Editoração:

JUÇARA CAMPAGNA

Impressão:

CORAG



Loja Centro

Rua Caldas Júnior, 261

Fone (51) 32221.3516 - Fax (51) 3224.6636

www.corag.com.br

loja@corag.com.br

editora_tecnica@corag.com.br

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL PARTICIPA, COM PESAR, O FALECIMENTO DE SEU MEMBRO EFETIVO BRAZ AUGUSTO DE AQUINO BRANCATO, EM 5 DE JULHO DE 2008.

Earle Diniz Macarthy Moreira¹

Professor Doutor Braz Augusto de Aquino Brancato nasceu em Alegrete, em 30 de dezembro de 1944, filho de Vicente Belsito Brancato e Enira de Aquino Brancato. Concluiu seus estudos no Curso Clássico, do Colégio do Colégio do Rosário, afamado então pela sólida formação humanística que propiciava. Obteve o título de Licenciado em História (1969) e o de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (1970), pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Em 1976, concluiu o Curso de Especialização em História da Cultura Ibero-Americana, na mesma Universidade. Em 1984, obteve o título de Doutor em História (Sección de Historia de América), na Universidad Complutense de Madrid. Sua tese doutoral, "*D. Pedro I de Brasil posible rey de Espana (una conspiración liberal)*", orientada pelo eminente historiador Manuel Ballesteros Gaibrois, aprovada com a qualificação máxima -*sobresaliente cum laude* obteve o *Primer Premio de Tesis Doctorales (Sección Letras)*-1984, concedido pelo Instituto de Cooperación Iberoamericana, de Madrid.

Em 1970, ingressou no corpo docente da PUCRS, onde permaneceu até seu falecimento. Era, desde 1988, Professor Titular daquela universidade, lá desempenhando, além da docência, vários cargos na administração acadêmica tais como o de presidente do Conselho Editorial, Diretor da revista "Estudos Ibero-Americanos", Coordenador dos Mestrados Interinstitucionais de História, Coordenador do Curso de Pós-Graduação em História, Coordenador do Centro de Estudos Ibero-Americanos, Vice-Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Coordenador do Departamento de História, etc. Dotado de espírito empreendedorístico, esteve à frente ou participou com destaque de várias iniciativas relevantes para a difusão e melhoria do ensino e da cultura, no estado e no país, como, p.ex., na Secretaria de Educação do RS (1975-1979), integrando a Comissão de Estudos da Reprovação no 20 Grau, presidindo a Comissão de Avaliação dos Centros de Artes, Ciências e Tecnologia, participando do Conselho Consultivo da Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore ou coordenando a Licenciatura de 10 Grau, implantada pela PUCRS, no Campus Avançado do Alto Solimões (1980). Participou, também, em 1972, da implantação do Ciclo Básico da UFRGS, como professor da disciplina "Introdução ao Estudo do Homem".

Braz Brancato deixou significativo legado, no campo da história: participou de 60 comissões julgadoras de doutorado, mestrado e concursos para profes-

¹ Membro efetivo do IHGRGS.

sores titular do sistema universitário brasileiro; publicou mais de 100 trabalhos, entre livros, capítulos de livros, artigos e comunicações em congressos; totalizam 108 os cursos, conferências e palestras ministrados no Brasil, México, Colômbia, Venezuela, Chile, Argentina, Uruguai, Espanha, Portugal e França. Foi, indubitavelmente, um dos maiores ativistas culturais do meio historiográfico universitário brasileiro, sempre pronto a ajudar os colegas, a abrir caminhos para quem teve o privilégio de ser seu discípulo e, neste Instituto destacando-se por sua proverbial discrição, cordialidade e saber.

O RIO GRANDE DO SUL DE 1808

Este número da Revista do IHGRGS é dedicado à reflexão sobre o Rio Grande do Sul em 1808, trazendo uma contribuição às discussões referentes aos impactos e significados para a Capitania meridional do Brasil da transferência da Corte para o Rio de Janeiro. Assim, esse volume está dividido em duas partes. A primeira é formada pelos trabalhos apresentados no Seminário *RS em 1808*, realizado em junho deste ano em parceria com o Governo do Estado. Estes trabalhos analisaram aspectos diversos da conjuntura da Capitania quando da chegada da Corte ao Brasil.

O primeiro texto, *O significado para o Rio Grande do Sul da transferência da Corte portuguesa para o Brasil*, da Profa Dra Helga Iracema Landgraf Piccolo (UFRGS), analisa as repercussões da instalação da Corte sobre o Rio Grande do Sul, a partir da invasão lusa na Banda Oriental.

No texto, *O Rio Grande do Sul em 1808*, o Prof. Dr. César Augusto Barcellos Guazzelli (UFRGS) analisou a situação de fronteira viva enquanto condição “fundadora”, a sua relação com a organização produtiva do espaço e a questão identitária.

No texto *A cartografia histórica do Rio Grande do Sul*, a Pesquisadora da Fundação Biblioteca Nacional, Ms. Marina de Lima Rabelo, apresentou um estudo sobre as representações cartográficas da região sul da colônia portuguesa na América, com um detalhado levantamento dos mapas existentes naquela instituição.

O Capitão-Tenente Carlos André Lopes da Silva, Pesquisador no Serviço de Documentação da Marinha, apresentou o trabalho *Paulo José da Silva Gama: estudo sobre uma trajetória*, no qual analisa o percurso profissional do último governador da Capitania subalterna do Rio Grande do Sul.

Em *Pioneiros de São Pedro do Rio Grande 1808*, o Prof. Livre-Docente Gervásio Rodrigo Neves faz um minucioso estudo da população e sua distribuição espacial no início do século XIX.

O último artigo, do Prof. Dr. Eugenio Lagemann, traz uma reflexão sobre a percepção do Gov. Paulo Gama sobre a Capitania.

A segunda parte dessa publicação resgata dois testemunhos sobre o Rio Grande do Sul em 1808. O primeiro trata-se de uma nova transcrição do *Almanaque da vila de Porto Alegre com reflexões políticas interessantes sobre o estado atual da Capitania do Rio Grande de São Pedro*, antecedida por um estudo historiográfico do Prof. Dr. Fábio Kühn sobre Manuel Antônio de Magalhães e sua obra. O segundo testemunho é a transcrição da Carta Régia de 20 de Julho de 1809, através da qual D. Rodrigo de Sousa Coutinho determinou a reorganização das tropas de linha e auxiliares da Capitania de São Pedro, precedido por uma apresentação da Profa. Dra. Marcia Eckert Miranda.

Fábio Kühn
Marcia Eckert Miranda
(Organizadores)

SUMÁRIO

13 ARTIGOS

- 15 **O significado para o Rio Grande do Sul da transferência da Corte portuguesa para o Brasil**
Helga Iracema Landgraf Piccolo
- 27 **O Rio Grande do Sul em 1808**
César Augusto Barcellos Guazzelli
- 37 **A cartografia histórica do Rio Grande do Sul**
Marina de Lima Rabelo
- 61 **Paulo José da Silva Gama: estudo sobre uma trajetória**
Capitão-Tenente Carlos André Lopes da Silva.
- 73 **Pioneiros em São Pedro do Rio Grande 1808 (Notas de pesquisa)**
Gervásio Rodrigo Neves
- 95 **A realidade social, econômica, política e administrativa do RS na percepção do Governador Paulo Gama (1803 a 1809)**
Eugenio Lagemann

103 DOCUMENTOS

- 105 **O almanaque da vila de Porto Alegre: uma leitura do Rio Grande em 1808**
Fábio Kuhn
- 119 **Almanaque da vila de Porto Alegre com reflexões políticas interessantes sobre o estado atual da Capitania do Rio Grande de São Pedro.**
Manuel Antônio de Magalhães
- 141 **As tropas da Capitania de São Pedro em 1808 e o “Plano para sua Reorganização” de 1809**
Marcia Eckert Miranda
- 145 **Carta Régia de 20 de Julho de 1809 - Plano para a Reorganização das tropas da Capitania do Rio Grande de São Pedro**
D. Rodrigo de Sousa Coutinho

189 NOTICIÁRIO

Relatório das atividades do IHGRGS - 2008
- Serviços oferecidos pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

ARTIGOS

O SIGNIFICADO PARA O RIO GRANDE DO SUL DA TRANSFERÊNCIA DA CORTE PORTUGUESA PARA O BRASIL

Prof^a Dr^a Helga Iracema Landgraf Piccolo¹

A transferência não era em 1807 quando ela teve início, uma idéia nova. Era um projeto bastante antigo pensado em diversas situações críticas por que Portugal passou na Europa. Concretizava-se a saída em finais de 1807 devido ao avanço franco-espanhol sobre Portugal e pela pressão inglesa no sentido da transferência.

A transferência, como objeto da e na historiografia brasileira, tem inúmeras abordagens e muitos (historiadores ou não) sobre ele se debruçaram. No presente momento, é um objeto em evidência sobre o qual muito se tem escrito em face dos 200 anos da vinda da Côrte para o Brasil. Livros, artigos em revistas e na imprensa, entre outros meios de divulgação, dão conta do interesse despertado.

Uma análise do que foi produzido (e é impossível que toda a produção possa ser aqui elencada) mostra a praticamente ausência de considerações que dêem conta de como a transferência interferiu no processo histórico sul-riograndense e dos reflexos aqui do sul para o Brasil. Isto me preocupa bem como a outros pesquisadores, principalmente para quem trabalha academicamente com a História do Rio Grande do Sul. Foi por me preocupar com essa ausência – como se o Rio Grande do Sul não existisse – que aceitei o convite para falar sobre o assunto, do qual o meu colega da UFRGS – o mui digno Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Professor Dr. Gervásio Neves – foi o primeiro portador.

Permitam-me fazer uma pequena correção no sentido do que me foi solicitado expor e que o título da conferência, tal como consta na programação, parece indicar. O meu enfoque será no sentido de ver não só significado para o Rio Grande do Sul da transferência, mas o significado do Rio Grande do Sul para o Brasil naquele momento histórico em que a Colônia passou a ser sede da monarquia portuguesa e Capital do Império luso. Portanto, penso num significado que tem uma dimensão um pouco mais ampla do que o previsto na programação. Quero ver “a parte” – o Rio Grande do Sul – no “todo” – o Brasil. Em outras palavras, é o regional no seu significado brasileiro. Não quero fazer uma profissão de fé regionalista, do que somos freqüentemente acusados.

A pergunta que pode ser feita é porque não falo em “nacional” e sim em “brasileiro”. Eu justifico. Há, na historiografia, quem defenda uma equação linear: colônia-nativismo-nação. Implícito nesta equação está que a nação se forjara já no período colonial, estando consolidada no período joanino, o que aponta para

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

a Independência proclamada por D. Pedro em 1822. “A nação estaria contida no passado colonial e os movimentos dito nativistas atestariam a existência de uma nação emergente”². Isto, hoje, é visto como um anacronismo, questionando-se, pois, que aqueles que, como protagonistas, atuaram no período colonial, soubessem que a colônia iria constituir no século XIX um Estado Nacional. Discute-se, pois, que a colônia tenha precedido a nação e o nacional esteja configurado. Somos de opinião que a construção da nação, de cima para baixo, foi um projeto de longa duração, dificultado por ser o Brasil escravista até 1888 (como o Rio Grande do Sul também o foi), o que restringia outro projeto implícito: o da construção da cidadania.

Feitas essas considerações preliminares, é preciso deixar claro qual será a minha abordagem: ela vai concentrar-se na geopolítica e o papel que nela o Rio Grande do Sul desempenhou. Não vou discutir o conceito de geopolítica, o que já fiz em outro trabalho³. Interessa ver, a partir de algumas colocações, de como o domínio político sobre territórios meridionais era visto como estratégico, devendo o espaço – que é hoje parte do Rio Grande do Sul – ser incorporado. Esta abordagem me obriga a colocar questões que já estavam colocadas antes de 1808, mas que se acentuam no período em tela, isto é, no período joanino, sobre o qual há, hoje, um consenso na historiografia, qual seja, a aceleração do tempo histórico.

Se em 1780, conforme o Mapa de população de autoria do Tenente Córdova, a provável população do então Continente de São Pedro era de 17.923 habitantes, aí incluídos brancos, índios, pretos⁴, o Censo de 1814 (portanto, no período que nos interessa) acusava 70.656 habitantes⁵ computados aí brancos, índios, livres, escravos e recém-nascidos. Especificando apenas a Capital – Porto Alegre – no recenseamento constava, no que se referia à população: brancos de ambos os sexos 2.746, indígenas idem 34, livres de todas as cores 588, escravos idem 2.312, recém-nascidos idem 431, num total de 6.111 habitantes⁶.

Com esses dados eu quis, rapidamente, assinalar o aumento populacional do Rio Grande de São Pedro, o que aponta, como indício, para um significativo crescimento econômico e social da capitania⁷.

² SILVA, Rogério Forastieri da. *Colônia e Nativismo. A História como “biografia da nação”*. São Paulo: Hucitec, 1997.

³ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. “As Missões Orientais do Uruguai e a Geopolítica nos inícios do século XIX. Considerações historiográficas.” In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 423. Rio de Janeiro, abr/jun 2004.

⁴ LAYTANO, Dante. “O negro no Rio Grande do Sul”. In *Primeiro Seminário de Estudos Gaúchos*. Porto Alegre: PUCRS, 1957.

⁵ De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos de 1803-1950. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1986.

⁶ Idem.

⁷ Leia-se, de SINGER, Paul. “Porto Alegre”. In *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, e CHAVES, Antonio José Gonçalves. *Memórias Econômico-Políticas*. 5ª Memória, Capítulo V, sobre produções, exportações e importações.

Alguns atos administrativos do governo português devem ser lembrados. Por Carta Patente de 19 de setembro de 1807, antes da saída da Côrte para o Brasil, foi criada a Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, desanexada da Capitania do Rio de Janeiro. Ao transformar-se em Capitania Geral, deixando de ser Capitania subalterna, passou a ter, ao menos teoricamente, mais autonomia decisória.

Pela Provisão de 07 de Outubro de 1809 – já estando a Côrte no Brasil – foi promulgada a criação das quatro primeiras vilas: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio. A quinta vila, no período em tela, seria Cachoeira, criada em 1819. A citada Provisão de Outubro de 1809 também determinava quais os cargos de justiça deveriam ser criados e preenchidos nas vilas então estabelecidas⁸.

Em 16 de dezembro de 1812, o Rio Grande do Sul que, em termos de Justiça, dependia da Comarca de Santa Catarina, tornava-se Cabeça de Comarca, sendo a sede em Porto Alegre. A denominação de Comarca de São Pedro e Santa Catarina apontava para uma inversão da situação até então vigente, mostrando a importância que adquirira a Capitania de São Pedro e sua Capital.

No período joanino (1808-1821), a Capitania de Rio Grande de São Pedro teve 5 Governadores – todos eles militares de alta patente, sendo alguns nobres, portanto pertencentes à elite sócio-política portuguesa. Os que ainda não eram nobres, foram nobilitados depois. Mas em dois momentos o poder esteve nas mãos de Juntas Governativas ou Governos provisórios. A última Junta, antes da Independência, instalada em 22 de fevereiro de 1822 foi, sem dúvida a mais emblemática, por ter seu Presidente – Brigadeiro João Carlos Saldanha de Oliveira e Daun se posicionado contra as diretrizes políticas traçadas pelo príncipe D. Pedro que, segundo ele, encaminhavam o país à sua independência, com o que não pactuava, dizendo ser fiel a D. João VI, que o nomeara. Criou-se uma situação bastante crítica e tumultuada, cujo desfecho poderia ter sido diferente do que finalmente aconteceu⁹. Complexificou-se a administração pública com a criação de novos cargos em todas as instâncias: Câmaras municipais, justiça e Governo. Vale a pena comparar, a título de exemplificação, a Junta da Fazenda em 1775/1780 e em 1809 do crescimento da máquina burocrática¹⁰.

Enfim, o “todo” – Brasil e a “parte” Rio Grande de São Pedro – sofreram com a transferência profundas e irreversíveis transformações o que, no entanto, estava longe de significar que nos quase 14 anos de presença da Côrte Portuguesa

⁸ Ver BORGES FORTES, Amyr & WAGNER, João B.S. *História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1963.

⁹ Ver PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. “O processo de Independência numa região fronteiriça: o Rio Grande de São Pedro entre duas formações históricas”. In *Independência: História e Historiografia* (Org. István Jancsó). São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005.

¹⁰ Ver MIRANDA, Márcia Eckert. *Continente de São Pedro: Administração Pública no período colonial*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul/CORAG, 2000.

no Brasil não deixassem de subsistir resquícios coloniais, do “antigo Regime”. Ou seja, ao lado das mudanças, subsistiram muitas permanências.

A questão mais significativa me parece ser a do escravismo, articulado especialmente à propriedade da terra, mas também ao setor de serviços urbanos. Apesar da pressão inglesa contra o tráfico, a escravidão vai continuar firmemente enraizada na sociedade brasileira, principalmente por razões econômicas. A conjuntura era a de ascensão da cafeicultura (que, a partir do período regencial – 1831-1840 – assumiu a liderança nas exportações brasileiras) com a sua necessidade de mão-de-obra. Esta ascensão foi, para o Rio Grande do Sul, importante porque, sendo a base da alimentação dos escravos o charque, a capitania, depois província, seria um dos grandes fornecedores do produto.

Pensar a vinda de imigrantes para contrabalançar o número de escravos também esteve entre as preocupações de D. João. Atraí-los esteve no cerne de um decreto de 16 de março de 1820, decreto que para o Rio Grande do Sul não teve significado na época. Mas este decreto, em parte, foi a base da decisão do Governo, já então imperial, de enviar alemães (linguisticamente falando) para a província, do que resultaria a fundação, em 1824, da Colônia de São Leopoldo.

Trabalhando com geopolítica, interessa (e é preciso) enfatizar que o Governo Português sediado no Brasil, objetivava consolidar a expansão territorial que no decorrer do período colonial ocorrera, estabelecendo sobre o território apropriado o seu domínio efetivo. Neste sentido, o Rio Grande do Sul recebeu uma especial atenção. A região não era portuguesa quando do início da ocupação do território brasileiro. Tornar-se-ia, graças a um projeto expansionista, luso-brasileiro que se definiu na apropriação de terras e de gado levado a efeito na direção ao Prata. Interesses sócio-econômicos de um poder privado conjugavam-se ao interesse geopolítico do Estado Português. Afinal, a navegação pelos rios que formavam a Bacia do Rio da Prata era importante (e única) via de acesso ao Interior (leia-se Mato Grosso), o que ficaria evidenciado na chamada Guerra do Paraguai. Mas este avanço em direção ao Prata confrontar-se-ia com um outro projeto expansionista hispano-platino em direção norte.

Em 1808, quando a Côrte se estabeleceu no Rio de Janeiro, os limites do que é hoje o estado mais meridional do Brasil, não estavam politicamente consagrados e aceitos por nossos vizinhos, hoje Uruguai e Argentina.

Em 1801, Félix Azara, na sua conhecida “Memória Rural do Rio da Prata”, preocupava-se com o alçamento indiscriminado de reses por parte de luso-brasileiros na Campanha, isto é, no espaço fronteiriço entre a Banda Oriental e o Rio Grande de São Pedro. Sugeriu, então, o povoamento da região e o pastoreio de gado por parte dos espanhóis. Escrevia que, assim, os espanhóis entrariam na posse não só do gado, mas igualmente da Lagoa Mirim e de “toda a bela província portuguesa do Rio Grande e teriam em necessária dependência todo o Brasil”. Assinalava Azara clara e concretamente a importância geopolítica do Rio Grande do Sul. Diga-se, de passagem, que do projeto de povoamento da Campanha por parte dos espanhóis, resultou apenas a fundação de São Gabriel de Batovi. Se

olharmos no mapa, hoje, vemos que Batovi se situa no município de São Gabriel e isto nos informa de mudanças que ocorreram nos limites políticos defendidos por serem considerados válidos no período colonial.

Importante, no sentido de traçar-se estes limites – porque integram questões de geopolítica, é lembrar que, ainda em 1801, mais precisamente em 13 de agosto, entrava Borges do Canto com seus homens em São Miguel, iniciando-se, por parte de sul-riograndenses, a conquista de boa parte do território das Missões Orientais do Uruguai, com a expulsão dos espanhóis. Um novo espaço fronteiriço começava a estruturar-se com a incorporação das terras apropriadas ao território da Capitania de São Pedro. Todas as tentativas, por parte da Espanha, de reverter a situação foram neutralizadas.

Para o Rio Grande do Sul e, por extensão, para o Brasil, a ação de Borges do Canto tornou o Tratado de Santo Ildefonso (1777) letra morta.

É esta situação no sul do Brasil que D. João encontra ao transferir a Côrte para o Rio de Janeiro, acrescida do processo de descolonização na América Hispânica que, por suas conotações, tinha que preocupar o regente.

Entre os projetos políticos da administração joanina, agora centralizada no Brasil, estava revidar, no continente sul-americano, a ocupação de Portugal pela França com o apoio logístico da Espanha. Não vamos nos deter na ocupação da Guiana Francesa porque nada tem a ver com o Rio Grande do Sul, mas focar a ocupação da Banda Oriental tentada pela primeira vez em 1811/1812, mas só concretizada entre 1816 e 1821.

A pergunta que pode ser feita: sustenta-se a tese do determinismo geográfico – tão presente na historiografia – justificando a ocupação? O objetivo principal da política joanina era o de obter um limite natural – no caso o Rio da Prata – para a sua colônia?

Não somos desta opinião e questionamos essa tese, conforme ensina o Prof. Aldo Janotti, da Universidade de São Paulo, para quem a preocupação das autoridades portuguesas com a região platina era de ordem econômica além de haver razões políticas na raiz da intervenção luso-brasileira na Banda Oriental. Conforme o Professor, através da invasão e incorporação D. João, no que concerne à apropriação de gado¹¹:

[...] não só evitava a crise da economia do Rio Grande do Sul, ameaçada pela concorrência platina, como também apossando-se do território de um dos concorrentes, no caso o Uruguai, garantia para o Brasil o abastecimento regular que o seu gado bovino proporcionava. Dessa forma, o Uruguai, grande produtor de muares e de carne, revelava-se na mais tentadora das presas. Pelo transporte e pelo alimento que fornecia.

¹¹ JANOTTI, Aldo. "Historiografia Brasileira e teoria da Fronteira Natural". In *Revista História*, n. 101: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, 1975.

Quanto às razões políticas na raiz da intervenção luso-brasileira, elas estavam informadas pelas idéias e pela ação de José Artigas relativamente ao Brasil¹².

Não era apenas o fronteiriço republicanismo de Artigas que inquietava o monarquismo brasileiro. Não foi ele um revolucionário nacional, no sentido de apenas, e por meios violentos, pretender impor sua revolução ao Uruguai e outras regiões platinas. Pretendia também exportá-la. Sua República Federal não deveria apenas ser formada com a incorporação do Paraguai, Missões, Corrientes, Entre-Rios, mas também para completá-la, com incorporação de regiões do Rio Grande do Sul [...].

Também devem ser recuperados da campanha militar interesses econômicos luso-brasileiros e especialmente sul-riograndenses que se enraizaram na Banda Oriental a partir de 1816. E, da presença de sul-riograndenses no território oriental, resultaram vínculos com caudilhos platinos, o que se refletiria, após a Independência do Brasil, tanto nas relações internacionais do Império com os Estados Nacionais que se estruturaram no Prata no decorrer do século XIX, como nas relações entre o Governo Central brasileiro e a Província de São Pedro. Muitos dos que participaram da intervenção na Banda Oriental seriam chefes militares de prestígio no Rio Grande do Sul, e alguns se destacariam na Guerra dos Farrapos, sendo emblemático o caso de Bento Gonçalves, que fora alcaide e chefe militar em Cerro Largo, onde se relacionou com artiguistas.

Artigas, que atuara com Azara no espaço fronteiriço na elaboração e tentativa de execução de seu projeto político a partir de 1811, objetivou incorporar e integrar a região ao norte do Rio Negro, afrontando, assim, os interesses econômicos e políticos de Buenos Aires e obstando o expansionismo luso-brasileiro (leia-se sul-riograndense). Preocupava-se Artigas com uma possível brasileiração do território ao norte do Rio Negro, preocupação muito presente na memória coletiva e no imaginário regional/nacional.

A unidade territorial, política e econômica (abrangendo toda a Banda Oriental) por vias administrativas não havia sido conquistada a partir de Montevideu até 1810. Foram os acontecimentos revolucionários e a liderança aglutinadora de Artigas no “*Éxodo del Pueblo Oriental*”, em 1811, que o possibilitaram parcialmente. A unidade, constituindo-se a Banda Oriental em província, por um pacto celebrado pelos seus *pueblos* entre si, veio implicitamente em abril de 1813, quando da reunião de seus representantes no Congresso Provincial.

¹² JANOTTI, Aldo. “Uma questão mal posta: a teoria das fronteiras naturais como determinante da invasão do Uruguai por D. João VI”. In *Revista História*, n. 103: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, 1975

É, pois, preciso resgatar que, nos momentos iniciais do movimento descolonizador no Prata, delinear-se profundas diferenças no pensar a independência. Dois processos, autônomos entre si, se estruturaram paralelamente: o pensado em Buenos Aires e o pensado no Uruguai. A luta pela independência oriental empreendida por Artigas não ia apenas contra pretensões espanholas (ainda não de todo sepultadas); ia também contra as pretensões centralizadoras de Buenos Aires.

E o Rio Grande do Sul não ficaria imune aos acontecimentos. A pregação político-ideológica de Artigas – cujo dogma era “la soberanía de los pueblos” –, ecoaria na então capitania de São Pedro, onde encontrou receptividade e adeptos¹³. A fronteira sul não se constituía numa barreira intransponível, ela era vulnerável e nisto residia o perigo. Para o governo do Rio de Janeiro era preciso “salvaguardar as fronteiras lusas do fogo da guerra civil” que se acendera na Banda Oriental.

Nas Instruções do Ano 1813, embora transpareça no art. 8º uma certa indefinição no que concerne aos limites com o Brasil, a leitura do art. 9º esclarece que o caudilho postulava o que fora estabelecido no Tratado de Santo Ildefonso (cujo traçado formal no Rio Grande do Sul fora nulificado pela práxis expansionista de 1801, embora isto nunca tivesse sido convalidado pela Coroa Espanhola).

Consta no art. 9º:

Os Sete Povos das Missões, Batovi, Santa Tereza, São Rafael e Tacuarembó, que hoje ocupam injustamente os portugueses e que com o tempo devem ser reclamados, serão sempre território desta Província.

Nesta reivindicação é claro

[...] o papel que Artigas assinalava à terra missioneira em sua concepção geopolítica do território da Província (Oriental), estendida sobre o flanco vertebrador do Rio Uruguai e no epicentro das comunicações com o Rio Grande, o Paraguai e as províncias do litoral.

[...] Através delas (as Missões e não só as Orientais), se ganhava o Paraguai para a unidade do Prata, liberando-o da absorção portuária de Buenos Aires; e se conjugavam as rotas orientais com o Rio Grande [...].¹⁴

¹³ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. “Rio Grande do Sul, província fronteiriça: fator de instabilidade política no processo de independência do Brasil?”. In *Anais da XIV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba: SBPH, 1995.

¹⁴ REYES ABADIE, Washington. *Artigas y el federalismo en el Rio de la Plata*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1992.

Objetivamos, com as considerações feitas sobre Artigas, salientar que o Rio Grande do Sul (especialmente o território das antigas Missões Orientais) esteve presente no seu projeto político republicano, centrado no federalismo. Se vitorioso, havia, teoricamente, a possibilidade de uma outra formatação dos limites no sul do Brasil. E a unidade brasileira, na qual o governo de D. João, sediado no Rio de Janeiro, tanto se empenhou, poderia estar comprometida.

O certo é que, desde o movimento artiguista, os limites reclamados pelos orientais eram os do Tratado de Santo Ildefonso, o que despojaria o Brasil do território das Missões Orientais. Em diversas conjunturas de agravamento das tensões entre Brasil e os Estados limítrofes na região platina, o governo oriental procurou apoio dos países hispano-americanos para as suas pretensões. Mas, conforme o diplomata brasileiro Duarte da Ponte Ribeiro¹⁵, “recobrar os Povos das Missões seria desmorrer o Império”.

Mas não foi apenas o projeto artiguista (com suas implicações políticas, sociais e econômicas) o considerado perigoso. O anti-lusitanismo não esteve presente somente no pensamento de Artigas diante do histórico empenho expansionista português sobre o Prata, o que deve ter influído para o delineamento de sua estratégia geopolítica, em que as Missões (incluindo as Orientais e, por extensão, o Rio Grande do Sul), ocupavam um papel central.

O anti-lusitanismo, justificado pelas “conhecidas ambições de Portugal”, também foi alimentado em Buenos Aires. A “Junta Provisória Governista das Províncias do Rio da Prata” (isto é, a “Junta de Maio” de 1810) encomendou a Mariano Moreno um “Plano de Operações”, cujos últimos capítulos tratavam “dos meios para insurreicionar o Brasil e conquistar o Rio Grande”. A insurreição seria promovida por agentes “mandados na qualidade de comerciantes”, que distribuiriam exemplares da “Gazeta” (órgão de propaganda) impressos em português, e fariam os elogios mais elevados da felicidade, liberdade, igualdade e benevolência do novo sistema” (representado pela Revolução de Maio) “e do envilecimento do anterior” (representado pelo absolutismo monárquico português). Depois de algum tempo desse procedimento, entrariam tropas “conforme o requeriram as circunstâncias”. Sublevado o Brasil, se aproveitaria da circunstância para anexar o Rio Grande, fazendo compreender a seus habitantes “que o mesmo delito de rebelião contra seu monarca obriga-os a aceitar nossas disposições”, pois, em caso contrário, “os abandonaríamos, retirando nossas tropas à fronteira e, de passagem, saquearemos os *pueblos* e as fazendas”.

O radicalismo subjacente ao discurso do autor (ou dos autores), tão distintamente analisado na historiografia argentina, reitera a importância geopolítica do Rio Grande do Sul. Se o Plano de Operações, no que concerne ao Brasil, não

¹⁵ PONTE RIBEIRO, Duarte da. Memória sobre o atual estado das relações do Império do Brasil com as Repúblicas do Rio da Prata, compreendendo, em resumo, todas as negociações diplomáticas entre o Governo Imperial e os daqueles Estados desde 1829 até o fim de 1843. Rio de Janeiro, 1844.

se concretizou, é porque as circunstâncias históricas não o permitiram. O anti-lusitanismo que informa o discurso amaina diante da ameaça que o artiguismo representou ao questionar a hegemonia de Buenos Aires no sentido de centralizar o poder sobre todo o território do ex-Vice-Reinado do Prata. A elite portenha apoiaria a invasão luso-brasileira na Banda Oriental (a partir de 1816) por ver nela a possibilidade de derrota de Artigas, o que efetivamente aconteceu em 1820. Mas jamais aceitou que o jugo brasileiro fosse permanente e, daí, auxiliar todas as tentativas feitas pelos orientais em sacudi-lo.

A invasão brasileira, concluída com a ocupação da Banda Oriental e sua integração ao Brasil como Província Cisplatina em 1821, não só derrotou o projeto artiguista no que ele tinha de “subversivo” para o projeto bragantino, monárquico, centralizado. Também derrotou o seu projeto “revolucionário” de reforma social, incluindo o fim do sistema escravista e uma reforma agrária. A “vitória” luso-brasileira afastava, de momento, a possibilidade do Quadrilátero pensado por Artigas, referente à construção do Estado Oriental com a integração do Uruguai, das Missões (inclusive as Orientais), de Entre-Rios e Corrientes. E possibilitava a imposição de limites entre o Brasil e a Cisplatina, limites que estariam no centro de discussões políticas e diplomáticas até 1909.

Ainda não havia sido concretizada a anexação da Banda Oriental ao Brasil – o que aconteceria em 1821 – e Carlos Frederico Lecor – Barão de Laguna –, exercendo uma dupla função de comandante militar e de governador do território ocupado, já se preocupava não só em garantir o domínio luso-brasileiro sobre ele, mas também em estabelecer os limites entre o que seria a Província Cisplatina e a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Entendeu ele, sem para isto ter recebido instruções, ser necessário tomar medidas que garantissem a segurança do Rio Grande e não causassem prejuízos ao Brasil. Nasceu, assim, o Acordo feito em 1819 entre o Cabildo de Montevidéu e Lecor, acordo que precisa ser historicamente resgatado por ter sido um projeto de limites que, embora não tivesse vingado, seria, no futuro, freqüentemente citado e invocado por parte de autoridades brasileiras que se diziam preocupadas com a segurança nacional, ameaçada por “movimentos anarquistas” na fronteira.

Como muito bem afirma o historiador oriental Castellanos¹⁶:

[...] el monstruoso tratado no fue ratificado por Juan VI, si bien años más tarde fue invocado como antecedente por la cancellería brasileña en la prolongada disputa por nuestros límites con la nación nortea.

Confrontemos a opinião de dois analistas – um brasileiro e outro uruguaio – sobre a questão das fronteiras e limites.

¹⁶ CASTELLANOS, Alfredo. *La Cisplatina, la Independencia y la República caudillesca: 1820-1838*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1991.

Conforme Teixeira Soares¹⁷:

A 15 de janeiro de 1819, em acordo secreto, isto é, a portas fechadas, o Cabildo dirigiu-se ao general português para propor a cessão à Capitania de São Pedro do Rio Grande dos territórios compreendidos entre a demarcação de 1777 e uma linha que começaria a uma légua a sudoeste de Santa Tereza, seguindo pelo arroio de São Miguel, margem ocidental da Lagoa Mirim, rio Jaguarão até as nascentes do Jaguarão-Chico; seguindo daí para o passo de Lescano no rio Negro mais além da confluência do Pirai; depois pela divisa antiga até Itaquatia, e daí às nascentes do Arapeí, até sua confluência no Rio Uruguai, dividindo assim os territórios de ambas as partes. Essa linha foi aceita a 30 de janeiro de 1819 pelo General Lecor, havendo o Cabildo de Montevidéu ultimado o aludido acordo, mandando passá-lo a uma “ata reservada” que se encontrava no Arquivo Geral da Nação em Montevidéu.

Sobre este acordo algumas considerações se justificam. Antes de mais nada, vale a pena lembrar que Lecor foi muito criticado por sua atuação e medidas por ele tomadas, inclusive foi chamado de desleal.

De outro lado, é interessante lembrar que, quando foi criado o Município de Alegrete em 1831, nele foi integrado o território situado entre o rio Arapeí e o Quaraí que, hoje, pertence à República do Uruguai.

O analista uruguaio José Aguiar afirma que, pelo acordo – cuja validade jurídica questiona – o Cabildo cedera à Província brasileira de São Pedro todas as terras ao norte do rio Arapeí, incluindo as águas deste rio, em troca da construção do farol da Ilha das Flores¹⁸. Para Aguiar, escrevendo, em novembro de 1936, o Tratado de Santo Ildefonso deveria ser “*hoy nuestro límite de hecho, como lo es de derecho original*” (grifos nossos). Segundo o autor, se a antiga Banda Oriental – tal como integrava o Vice-Reinado do Prata – tivesse sobrevivido, o atual Estado Oriental do Uruguai teria 965.000 km² e não 188.000 km², mostrando a perda de territórios em favor do Brasil.

Recupera, assim, Aguiar, toda uma argumentação muito presente no Estado Oriental no decorrer do século XIX, de que o Tratado de Santo Ildefonso continuava válido e que a incorporação aos domínios portugueses em 1801 das Missões Orientais, a partir da ação de Borges do Canto, era ilegítima.

¹⁷ TEIXEIRA SOARES, Álvaro. *Diplomacia do Império no Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Brand, 1955.

¹⁸ AGUIAR, José. *Nuestra Frontera con el Brasil: su evolución histórico-geográfica*. Montevideo: Imprenta Militar, 1936.

Na mesma linha de raciocínio, Aguiar também questiona a Ata de Incorporação da Banda Oriental ao Brasil, de 31 de julho de 1821, por não ter ela validade jurídica, uma vez que o cedente – Cabildo de Montevidéu – não tinha faculdades para outorgar.

Avançando um pouco no tempo, durante a Campanha da Cisplatina, iniciada pelos “*Treinta y três Orientales*”, em 1825, contra a ocupação brasileira, mais uma vez o histórico anti-lusitanismo foi reiterado, o que pode ser acompanhado não só pela imprensa portenha¹⁹, mas também através de correspondências.

É de novembro de 1825 uma carta escrita em Buenos Aires que o líder Juan Antonio Lavalleja recebe. Escrita por alguém que se diz “*El vecino de la Plaza de la Concepción*”, expressa a opinião de que “*Montevideo se gana en Puerto Alegre, pues revolucionando la Provincia de Rio Grande, quita Ud. el corazón al Brasil...*”. Assim, a velha idéia contida no “Plano” arquitetado por Mariano Moreno e que logo foi assumido por Artigas, voltava (ou continuava?) a circular. Estender a revolução republicana ao território do Rio Grande era assestar um golpe na monarquia brasileira, herdeira do expansionismo português, “era conter o Brasil dentro dos seus limites”.

Para concluir, volto ao início desta despretensiosa explanação, quando defini a minha abordagem centrada em considerações de ordem geopolítica, deixando claro que qualquer conceito com que se trabalha é uma construção alicerçada no objeto que se estuda. E isto tentei fazer.

Penso e, assim, espero que tenha sido compreendido que o maior significado – ao menos no meu entendimento – para o Rio Grande do Sul da transferência da Côrte Portuguesa, foi a política de D. João em relação ao Prata. Para levar a efeito esta política, o Rio Grande do Sul foi envolvido, desempenhando uma posição fundamental no contexto do projeto joanino, visto pelo príncipe em termos de BRASIL.

Enfim, naquele momento histórico, o Rio Grande do Sul, geopoliticamente falando – como parte de um “todo” – definiu a sua importância e este foi e é o seu significado que precisa ser resgatado quando se fala da construção do Rio Grande do Sul, o que foi um processo de longa duração, iniciado no período colonial e que, no período joanino, se consolidou.

¹⁹ PICCCOLO, Helga I. L. “1825 – Imprensa Portenha e a Campanha da Cisplatina”. In *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, n. 11, Curitiba, 1996.

“O RIO GRANDE DO SUL E O PRATA EM 1808”

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli¹

No texto “*E D. João resolve... ficar!*” o historiador José Murilo de Carvalho fez o que ele próprio chamou de “exercício imaginário” sobre a hipótese da permanência em Portugal da família real e sua Corte, e quais as prováveis consequências disto para o processo de independência e construção do Estado nacional no Brasil². Trata-se de um artigo bem humorado, na esteira das comemorações dos duzentos anos da transferência da monarquia portuguesa para terras brasileiras; na ausência desta, o autor imaginou uma fragmentação do atual território nas seguintes unidades: Estado do Grão Pará, Estados Unidos do Equador, Reino Unido da Bahia e Guiné, Estados Unidos do Brasil e República dos Pampas. Tal república seria formada pelo Rio Grande do Sul mais a Banda Oriental do Uruguai, com a adesão mais tardia de Santa Catarina, como “*solução natural*” resultante de uma “*comunhão de interesses*”³.

O caráter provocativo – no melhor sentido da expressão – do artigo, aponta para uma de tantas de um leque de possibilidades que se abriram no processo de descolonização e de construção dos Estados nacionais na América Latina. Neste sentido, é sempre oportuna uma reflexão sobre as condições que concretamente levaram à formação dos países americanos, e os motivos que privilegiaram algumas decisões e desfavoreceram outras. Assim, é possível pensar em três eixos para abordar a complexa relação do Rio Grande do Sul com seus vizinhos do Rio da Prata na conjuntura da vinda da Corte portuguesa em 1808: 1) a situação de fronteira viva da estremadura sulina, uma condição “fundadora” que precisa ser aprofundada para que não se torne um clichê de escasso valor explicativo; 2) a organização produtiva do espaço, que estabeleceu uma disputa acirrada pela ocupação do território e uma concorrência na produção mercantil; 3) e a questão identitária, de avaliação muito complicada neste início de século XIX, quando se desfaziam os liames entre colônias e metrópoles e ainda não estavam constituídos os Estados nacionais.

Fronteiras e fronteiriços: o Rio Grande e o Prata no início do século XIX

Os problemas fronteiriços na estremadura sul da América portuguesa de certa forma representavam uma transposição daqueles havidos na Península Ibé-

¹ Membro efetivo do IHGRGS.

² CARVALHO, José Murilo. *E. D. João resolve... ficar!* *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Ano 3, nº 32, maio de 2008, p. 38-45.

³ *Id.*, p. 44.

rica. A noção de uma “fronteira” implica numa alteridade, alguém está em “frente” ou “defrente” a um outro, numa relação que não é necessariamente conflituosa. De toda sorte, é muito evidente que numa situação assim, o “enfrentamento” com o outro condiciona a um conhecimento e adaptação aos modos deste outro, de maneira que venha a perecer-se muito com este outro. Quando numa região fronteira, presumivelmente à distância dos centros de decisões, se estabelece esta realidade, necessariamente se gera uma desconfiança em relação aos homens de fronteira, agora vistos como “fronteiriços” em sua concepção mais ampla: não apenas o espaço é ambíguo, como também a conduta daqueles que o habitam.

A primeira fronteira é, rigorosamente, a beira da praia. Os primeiros fronteiriços foram justamente aqueles degradados “degradados” abandonados em terras americanas, ou sobreviventes dos muitos naufrágios, e que geraram uma geração de mestiços fundamental para o início do processo de conquista. Resultado destas expedições pioneiras na região platina, mesmo antes das tentativas de ocupação pelo homem branco, houve uma disseminação do gado bovino e cavalar que transformou radicalmente a paisagem e conseqüentemente os hábitos dos nativos: alguns destes grupos, avessos ao sedentarismo e à submissão aos conquistadores, tornaram-se eméritos cavaleiros, e por conta desta habilidade resistiram até o final do século XIX. Por outro lado, para aqueles indígenas que já desenvolviam a agricultura, a formação de uma “elite” nativa foi um caminho bem sucedido no projeto colonizador levado a cabo pelas missões jesuíticas⁴.

Uma fronteira, portanto, é sempre um espaço de aculturação, de mestiçagens, senão étnicas, pelo menos culturais. No caso do espaço platino – aqui pensamos no Rio Grande também fazendo parte dele – sempre se refere a um caráter dual desta fronteira: uma fronteira política, que remetia para os processos colonizadores dos reinos ibéricos em disputa; uma étnico-cultural, dada pelos contatos com as populações ameríndias; entretanto não creio que estabelecer esta diferença permita uma melhor compreensão daquela realidade, visto que a situação era um tanto mais complexa. Eduardo Neumann para superar este problema, propõe a noção de uma “fronteira tripartite”, onde os interesses de espanhóis e portugueses não são os mesmos dos guaranis⁵. A demanda pelo gado chimarrão que vagava pelos campos platinos foi desencadeada pela Revolução Industrial inglesa, que acirrou muito a disputa territorial entre os reinos ibéricos, e colocou frente a frente diversos atores sociais: tropas portuguesas e espanholas, guaranis missioneiros, índios hostis, além de aventureiros, que não integravam nenhuma destas parciaisidades, e eram conhecidos como “gaudérios” e outros adjetivos pitorescos.⁶

⁴ GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁵ NEUMANN, Eduardo. *Práticas Letradas Guaranis: Produção e Usos da Escrita Indígena (Séculos XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro: UFRJ (Tese de Doutorado), 2005.

⁶ A palavra derivaria de “viver ao gáudio”, sem ocupação; daí também as palavras: “vagamundos”, “vagamundos”, ou mais simplesmente, “vagos”. Só no final do XVIII aparece o termo “gaúcho”.

Contrário senso a uma idéia disseminada de que os portugueses são mais cordatos, a documentação hispânica indica um avanço rápido, implacável e muito rapace dos luso-brasileiros em direção ao Rio da Prata. Neste sentido, foram diversas as tentativas de estabelecer uma situação de equilíbrio entre as potências ibéricas, cuja decadência em relação a outros reinos europeus implicava certamente na interferência destes nas questões coloniais americanas:

1) Tratado de Utrecht (1715): dava a posse da disputada Colônia do Sacramento para Portugal. A Colônia em mãos lusitanas representava para Espanha uma permanente preocupação, pela possibilidade dos portugueses traficarem as reses e cavalos dos campos orientais, associando-se aos inimigos charruas e minuanos, daí a importância das missões inicianas para frear estes propósitos. Assim, a fundação de Montevidéu pelos espanhóis em 1724, e de Rio Grande pelos portugueses em 1737, corresponderam a intentos mais orgânicos de ocupação dos espaços.

2) Tratado de Madri (1750): consistiu numa troca da Colônia do Sacramento – que passou às mãos da Espanha – pelas Missões Orientais – que foram entregues para Portugal. Os dois reinos em acordo ignoraram os interesses dos guaranis, que nos anos seguintes desencadearam, contra o poder unificado dos dois reinos, as Guerras Guaraníticas, que resultaram na sua desagregação. Também afastaram do teatro de lutas os casais açorianos, trazidos para ocupação das Missões, o que viria mais tarde a reforçar os latifúndios pecuários na ocupação fronteira.

3) Tratado do Pardo (1761): anulou as disposições anteriores, e representou o início de uma reação dos espanhóis. Em 1763 ocorreu a primeira invasão de Rio Grande e São José do Norte nos domínios portugueses (os açorianos destas povoações foram transferidos para Maldonado); em 1763 Salcedo comandou a segunda invasão, com a tomada de Santa Tecla (ficou em mãos castelhanas até 1776); em 1776, já tendo sido criado o Vice-Reinado do Rio da Prata, Ceballos avançou até o Desterro.

4) Tratado de Santo Ildefonso (1777): o último realizado entre as metrópoles ibéricas, e manteve-se sem modificações até o final da Guerra Grande, em 1851, quando o Império do Brasil impôs suas condições ao Estado Oriental⁷. O avanço dos luso-brasileiros pelos Campos Neutrais e pelas Missões – culminando com a tomada deste território em 1801 – resultou no “mapa” que vigora até os dias atuais.

Pode-se dizer que de 1780 até 1810 – o incidente das Missões não provocou crises entre Espanha e Portugal – houve um período de paz relativa, o que não significou qualquer tipo de letargia por parte dos lusitanos. Em sua célebre *Memória*, Félix de Azara se mostrava muito receoso dos avanços pela fronteira,

⁷ Nascimbene, italiano contratado pelo presidente uruguaio Rivera para estudar a questão dos limites com o Império, escrevia “*pouco antes de 1850*” que este tratado ainda era vigente de acordo com o Direito Internacional. NASCIMBENE, Luigi, *Tentativa de Independência do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG / SEDAC, 2002, p. 260.

e procura desenvolver uma estratégia de ocupação dos campos fronteiriços⁸. Os problemas de natureza político-militar estavam pelo menos suspensos quando da vinda da Corte para o Brasil; no entanto, as questões econômicas que envolviam espaço fronteiriço tinham uma dinâmica própria, que escapava muitas vezes ao controle das autoridades centrais; aquelas mesmas pessoas que eram fundamentais na ocupação da fronteira cometiam ações delituosas contra os interesses dos respectivos governos.

Produção mercantil: dependência do capital e concorrência externa

No texto *La Cuestión Regional en el Proceso de Gestión del Estado Nacional Argentino*, Chiaramonte introduz o conceito de “intercâmbio não equivalente” para dar conta da organização produtiva no período tardo-colonial⁹. Em suma, tratava-se do seguinte: os comerciantes metropolitanos, estabelecidos nas antigas cidades coloniais do Vice-Reinado – do Peru primeiro, do Rio da Prata depois – mercê do monopólio que detinham, eram os únicos que conheciam a realidade do mercado interno; assim, podiam estabelecer os preços das mercadorias que adquiriam, bem como daquelas que ofereciam aos produtores necessitados de abastecimento. Como estes produtores não tinham como saber as condições de produção dos seus concorrentes, e tampouco dispunham de outros canais de financiamento – públicos ou privados – para suas respectivas produções, eram obrigados a aceitar as condições impostas pelos comerciantes.

Existia, pois, um “intercâmbio não equivalente” porque o preço pago aos produtos mercantis não correspondia ao trabalho socialmente empregado nestas atividades. A posição privilegiada do grupo comerciante monopolista era garantida pela Coroa, o que implica na permanência de um forte componente de tipo pré-capitalista nesta economia. O monopólio régio de direito tornava-se “de fato” na medida em que estes comerciantes eram os únicos a terem acesso ao mercado colonial, antecipando suas mercadorias “por alto” e fixando o preço dos produtos que adquiriam “por baixo”; além disto, muitas vezes eram estes comerciantes monopolistas que davam crédito aos produtores para implementarem benfeitorias, o que aumentava a dependência destes em relação àqueles.

Para as distintas regiões do Vice-Reinado do Rio da Prata antes do processo de independência de 1810, Chiaramonte reporta esta situação, com a submissão dos produtores mercantis locais aos comerciantes monopolistas. Desta forma, não havia bases econômicas para uma economia nacional, e sequer para economias macro-regionais, como seria o caso das intendências; ao contrário, o nexo de dependência dos produtores de uma região aos comerciantes monopolistas nucleados nas antigas cidades, criava as bases para as “regiões-províncias”,

⁸ AZARA, Félix. *Memória sobre el Estado Rural del Rio de la Plata y Otros Ensayos*. Buenos Aires: Editorial Bajel, 1943.

⁹ CHIARAMONTE, José Carlos. *Mercaderes del Litoral. Economía y sociedad en la provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1991, p.33.

que seriam as unidades políticas de fato que emergiriam do processo de guerras civis pela organização nacional¹⁰. Neste sentido, talvez seja interessante pensar no Rio Grande do Sul através da categoria “região-província” para compreender com mais clareza a complexidade da sua integração ao projeto de organização nacional centralizado, na forma de um Estado imperial.

Na virada do século XVIII para o XIX o Rio Grande do Sul afirmara sua economia produtora mercantil de base pecuária, e o seu estatuto de Capitania a partir de 1807 era um reflexo disto. Passadas as correrias pelos couros abertas em 1737, a apropriação das terras para criação de gado criaram as bases produtivas da região. Já a partir de 1780, a instalação das charqueadas e a plantação de trigo dariam mais viço à economia regional. Por outro lado, trabalhos recentes têm mostrado que a visão de uma paisagem agrária dominada quase exclusivamente pelas grandes estâncias de criação é no mínimo uma simplificação. O que estes pesquisadores têm demonstrado é uma paisagem variada, onde grandes proprietários conviviam com médios e pequenos, e a presença da agricultura paralelamente à pecuária, muitas vezes em propriedades mistas (não ocorrendo em muitos casos a distinção consagrada de terras de campo criadores e terras de mato para agricultores).¹¹

Alguns dados desta realidade econômica são relevantes para o estabelecimento de um perfil da estremadura ao tempo da mudança da Corte portuguesa para o Brasil.¹² Dados de 1784 apontam para uma população total do Rio Grande de São Pedro ao redor de 40.000 pessoas; destes, 34% eram escravos, 6% pretos livres e 3% índios. Isto significa que ainda antes da virada do século a escravidão tinha presença destacada no extremo sul desmentindo as concepções de que os cativos tinham menor importância na economia pecuária. Esta população em 1814 havia crescido para aproximadamente 70.000 habitantes. É interessante observar que entre os escravos que entravam na capitania havia uma grande incidência de jovens entre os 9 e os 13 anos; isto é indicativo de uma destinação destes cativos para as atividades de pastoreio.¹³

Em relação às atividades econômicas da população rural do Rio Grande os dados de 1784 indicam que os lavradores compunham 68%, metade dos quais eram açorianos; os criadores somavam 27%, mas apenas 17% se dedicavam ape-

¹⁰ Id. p. 24 e p. 35.

¹¹ ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno. O Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002. GIL, Tiago. *Infiéis Transgressores. Elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2007.

¹² Dados retirados de OSÓRIO, Helen. La Capitania de Rio Grande en la Época de la Revolución Artiguista: Economía y Sociedad. In: FREGA, Ana & ISLAS, Ariadna. *Nuevas Miradas en torno al Artiguismo*. Montevideo: Facultad de Humanidades de la Universidad de la República, 2001, p.163-178.

¹³ Homens adultos tinham dificuldades em aprender a montar e desempenhar as difíceis lidas com o gado, pois muitas reses ainda eram xucras e os cavalos redomões.

nas à pecuária. Estes dados evidenciam a suposição de que não existia a tão propalada hegemonia da grande estância de criação na paisagem rural da estremadura sulina. Quanto à apropriação das terras, constata-se que 47% das propriedades eram de primeira ocupação, o que reforça a idéia de uma fronteira agrícola ainda em expansão. Sesmarias concedidas pelos governadores das capitanias de São Paulo e Rio de Janeiro estão documentadas para 59% das propriedades.

Helen Osório investigando inventários *post mortem* do período entre 1765 e 1825¹⁴ encontrou em 67% dos casos estâncias de mais de 100 cabeças de gado onde se praticava a agricultura paralelamente à criação, com uma média de 11 escravos por estância; nas propriedades com mais de 1000 reses a média de negros escravos subia para 22. Isto reforça a convicção de que os escravos eram empregados nas lidas campeiras, contrariando uma noção da historiografia tradicional¹⁵.

O período de relativa paz que vigorou entre 1780 e 1810 permitiu uma expansão produtiva, especialmente relacionada à cultura do trigo e à fabricação de charque. O principal mercado para o trigo era o Rio de Janeiro, e a produção se dava em grande parte nos estabelecimentos mistos de maior porte, até porque boa parte dos agricultores açorianos que haviam sido levados para Maldonado após a invasão de 1763 não retornou com a paz de 1777. Já o charque, além do Rio de Janeiro, destinava-se também às praças escravistas do nordeste, especialmente Bahia e Pernambuco; já aparecem nesta época reclamações em relação ao contrabando de charque produzido na Banda Oriental. Por outro lado, 80% dos escravos que entravam no Rio Grande de São Pedro provinham do Rio de Janeiro.

Os números de 1791 indicam para o Rio Grande um rebanho bovino de mais ou menos 750.000 cabeças, além da impressionante cifra de 180.000 cavalos¹⁶. No período de 1790 a 1810, os maiores rebanhos individuais encontrados são de 15000 reses. Nos tempos que se seguiram logo à vinda da Corte e ao desencadeamento das guerras de independência no Rio da Prata, favoreceram-se os investimentos em bens semoventes, aumentando o número de cabeças de gado nos grandes rebanhos, assim como a quantidade de escravos: de 1810 a 1815 entraram no Rio Grande de São Pedro 10000 escravos, e esta média de 2000 por ano colocava a capitania em terceiro lugar na demanda por cativos; em relação aos plantéis, encontravam-se entre 1815 e 1825 rebanhos de até 27000 reses por estância. A conjuntura de guerra favorecia esta opção por gado e escravos.

¹⁴ OSÓRIO, Helen. *O império português...* 2007, op. cit. Também OSÓRIO, Helen. *La Capitanía de Rio Grande...* 2001, op. cit.

¹⁵ De acordo com esta, o escravo armado e a cavalo poderia fugir, o que comprometia seu uso como mão de obra nas estâncias. Para a segunda metade do século XIX já foi documentada a prevalência de cativos nos trabalhos permanentes da pecuária: FARINATTI, Luiz A. E. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: UFRJ (Tese de Doutorado), 2007.

¹⁶ Esta quantidade é muito superior às necessidades para o costeiro do gado bem como para tração e carga; pode-se inferir que, mesmo em tempos de paz, não se descuidava da possibilidade de conflitos na fronteira.

Na conjuntura econômica de fins do século XVIII e começo do XIX, também no Rio Grande de São Pedro configurava-se a dependência econômica dos produtores mercantis da estremadura em relação aos interesses das grandes casas comerciais do centro do país. Os comerciantes do Rio de Janeiro, em geral através de prepostos nos núcleos urbanos como Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre, Rio Pardo, controlavam a compra e venda de mercadorias, além de arrematarem contratos régios e o abastecimento dos soldados que eram mandados para o sul; o monopólio na arrecadação de tributos, especialmente, garantia a posição privilegiada dos comerciantes.

Por outro lado, a relação dos grupos locais com a Coroa portuguesa seria modificada pela transferência daquela para o Brasil: a partir de 1808, os interesses expansionistas da Corte rumo à Banda Oriental encontrariam eco nas elites criadoras da fronteira rio-grandense, que desejavam ampliar suas pastagens e rebanhos; neste sentido, a guerra propiciava esta interação de interesses do Estado e dos senhores guerreiros, sobrepondo-se à lógica centralizadora do estado. Assim, a questão fiscal, que mais tarde ensejaria situações abertamente conflituosas, podia ser também um mecanismo de integração e associação de interesses.¹⁷

A questão das identidades no começo do século XIX

Quais as identidades dos agentes sociais na capitania de São Pedro, e por extensão em outras áreas do espaço platino? Havia já sentimentos nacionalistas associados a um desejo de descolonização? Ou ainda existia uma fidelidade aos reinos ibéricos que iniciavam um rápido processo de desagregação? Estas questões seriam fundamentais para o processo que se desencadeou com a irrupção do movimento de Maio de 1810, mas muitas facetas já se prenunciavam quando da mudança da Corte para o Brasil.

Antes de qualquer coisa, é preciso apontar algumas das questões que envolvem a formação de uma identidade nacional. Benedict Anderson explica a existência da nação como uma “comunidade política imaginada”, onde a noção de pertencimento a um coletivo comum – *nationness* – trata-se de uma entidade cultural construída historicamente¹⁸; neste sentido, ele retoma as ponderações de Ernest Gellner que afirma ser o nacionalismo que inventa as nações ali onde elas não existiam, e não o contrário¹⁹. Para a “invenção” da identidade nacional inexistente, no entanto, é necessário dar conta de algumas pautas daquilo que Anne-Marie Thiesse define como “*check-list* identitário”, tais como passado comum,

¹⁷ MIRANDA, Márcia Eckert. A Estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro. Campinas: UNICAMP (Tese de Doutorado), 2006., p. 38.

¹⁸ ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. London: Verso, 2003, p. 6-7.

¹⁹ GELLNER, Ernest. *Nations and Nationalism*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1983, p. 4-5.

língua, costumes etc²⁰. Neste sentido, é importante a reflexão de Eric Hobsbawm quando formula a necessidade para o desenvolvimento de uma ideologia nacionalista de um “protonacionalismo”, que também seria expresso como um conjunto de elementos compartilhados – língua, costumes, religião, casas dinásticas, antepassados etc²¹.

Na América a questão nacional se fazia ainda mais complexa. Os elementos apontados para compor um “*check-list* nacional”, ou com parte de um “protonacionalismo”, apenas fariam sentido para setores das elites brancas e ilustradas. Em sua célebre Carta da Jamaica – escrita alguns anos depois da conjuntura de 1808 – Bolívar apontaria diversos pontos comuns para as distintas regiões que haviam antes conformado o império espanhol, e que poderiam a partir de então formarem uma grande e uma nação, tais como língua, religião, costumes etc²². Estas condições, no entanto, pouco diziam respeito aos dominados – pelo menos indígenas e cativos africanos – para os quais aqueles elementos identitários eram representativos da situação de opressão que viviam; os movimentos de resistência ditos “precursores” sempre foram acompanhados por retornos às línguas nativas, assim como os ritos religiosos dos antepassados.

Num espaço onde a fronteira entre duas ocupações que rivalizam, e onde a mobilidade destes “limites” estava associada a uma porosidade que permitia amplo fluxo de pessoas, animais e mercadorias, a questão de pertencimento tornava-se bastante complexa. O caso de Rafael Pinto Bandeira é lapidar: “fiel” súdito da Coroa portuguesa, com muitos serviços militares prestados – e devidamente agraciados com muitas sesmarias –, ele era o principal encarregado de reprimir o contrabando de mulas que vinham de Entre Rios, nos domínios espanhóis; efetivamente Pinto Bandeira apreendeu muitas tropas de mulas, mas para negociá-las em proveito próprio²³. Para os produtores mercantis – vale dizer, aqueles que compunham a maior parte dos homens de armas da fronteira – o nexo a uma entidade política maior, o reino português que a partir de 1808 se fazia representar no Rio de Janeiro, era dado pelos comerciantes de grosso trato, dos quais dependia a possibilidade de manutenção dos negócios.

Por outro lado a prática de contrabando com os vizinhos castelhanos poderia ser, a qualquer momento, uma válvula de escape para eventuais desgostos em relação às práticas econômicas. Mesmo que desde o Tratado de Santo Ildefonso não houvesse guerra na estremadura sulina, os senhores da fronteira conheciam seu papel protagonista nestas disputas, quando antecipavam a possibilidade de arcarem com os custos maiores nos conflitos. Assim, mesmo numa conjuntura favorável, desenvolve-se um endêmico antagonismo entre produtores e comer-

²⁰ THIESSE, Anne-Marie. La création des identités nationales. Paris, Éditions de Seuil, 1999, p. 14.

²¹ HOBSBAWM, Eric. Nações e Nacionalismo desde 1780. Rio de Janeiro: Zahar, 1991. ²² HOBSBAWM, Eric. Nações e Nacionalismo desde 1780. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

²² BOLÍVAR, Simon. Carta da Jamaica. In: BELLOTTO, Manoel & CORREA, Ana Maria Martinez (org.). *Bolívar*. São Paulo: Ática, 1983.

²³ GIL op. cit.

cientes, que assumiria mais tarde um claro “antilusitanismo”, especialmente às vésperas da Guerra dos Farrapos²⁴.

Esta ambigüidade presente nos senhores da guerra do Rio Grande do Sul teria diversas manifestações nos anos seguintes à instalação da Corte no Rio de Janeiro, mormente após as agitações pela independência no Rio da Prata. O próprio secretário da Primeira Junta de governo, formada em Buenos Aires em 25 de maio de 1810, Mariano Moreno, recomendava em seu famoso *Plan General de Operaciones* que fossem enviados agentes para instigar a rebelião no Rio Grande contra a Coroa portuguesa, como uma maneira de afirmar mais consistentemente a autonomia conquistada²⁵. É impossível saber se existia tal possibilidade, mas foram fartamente documentadas algumas andanças de militares e comandantes rio-grandenses nas agitações dos países vizinhos, especialmente junto às hostes de José Gervásio Artigas.

O jovem Bento Gonçalves, acompanhado do irmão Antônio, e talvez fugindo às severas determinações de um pai que o queria sacerdote e não militar, já em 1810 vivia em Cerro Largo, na Banda Oriental, onde casou-se com uma uruguaia, possuía campos, exerceu cargos administrativos locais; e em 1814 se casou com D. Caetana. segundo Varela, teria acompanhado as tropas artiguistas quando da primeira invasão portuguesa em 1811. De qualquer forma é inegável sua grande ligação com Lavalleja, o futuro comandante dos *treinta y tres* que sublevariam a campanha oriental em 1825.

Já Gabriel Ribeiro de Almeida, irmão de Bento Manoel Ribeiro, chegou ao Rio Grande do Sul por volta de 1780, participou do grupo de militares que tomaram as Missões orientais em 1801. Mais tarde aderiu ao exército de Artigas, sendo preso em 1812. Seu irmão Bento Manoel por ocasião da ocupação da Cisplatina tornar-se-ia muito relacionado com Fructuoso Rivera, o caudilho uruguaio mais importante durante as décadas de 30 e 40. Estas amizades entre caudilhos dos lados opostos da fronteira, em função de interesses eventualmente comuns ou de parentescos e *compadrios* estabelecidos, superaram muitas vezes as determinações dos governos aos quais serviam como militares.

Para homens deste tipo, a identidade possível era aquela que Chiaramonte descreveu como da “região-província”, o horizonte daqueles que podem ver seus próprios interesses comprometidos ou favorecidos por um Estado que se organiza. Se a Corte transferida para terras americanas em 1808 tinha projetos que poderiam favorecer a expansão dos campos e gados destes estancieiros-militares, poderia contar com suas adesões e suas capacidades em formar tropas irregulares com seus próprios homens e recursos; mas a mesma autonomia que era chave para garantir a segurança da fronteira, podia fazer destas sentinelas avançadas

²⁴ Isto fica muito claro na “Carta aos Portugueses” de Bento Gonçalves logo após o 20 de setembro de 1835. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Coletânea de Bento Gonçalves. Porto Alegre: AHRs, (CV-8593), p. 267.

²⁵ MORENO, Mariano. *Plan Revolucionario de Operaciones*. Buenos Aires: Plus Ultra, s/d.

da estremadura portuguesa na América os maiores adversários dos projetos de Estado caso comprometesse seus interesses privados.

E depois de 1808?

Também os propósitos da Corte portuguesa eram ambíguos em relação às terras do Rio da Prata. Além de um óbvio reforço para a unidade da América colonial portuguesa, havia projetos de expansão às custas dos vizinhos, contando com tropas profissionais trazidas dos enfrentamentos na Europa; de parte do Príncipe Regente D. João, uma investida militar na Banda Oriental era um desejo que se cumpriria em 1811. Por outro lado, o processo de independência trouxe para diversas de suas lideranças a questão da legitimidade de uma emancipação não consentida com a metrópole, ausente da autoridade monárquica com a captura do rei pelas tropas napoleônicas. Assim, a Infanta D. Carlota Joaquina passou a ser uma possibilidade, pensada por próceres como Manoel Belgrano e Mariano Moreno²⁶. Projetos de expansão “joaninos” ou “carlotinos” não eram coincidentes, mas poderiam ter os mesmos resultados para os fronteiriços.

Que eram os rio-grandenses? Esta identidade foi sendo construída durante praticamente todo o século XIX, e nela a noção de pertencimento à região-província seguramente andou na frente de uma identificação com a pátria maior, especialmente um império que se apresentava muitas vezes opressor e centralista. Em 1808, no entanto, havia expansão dos negócios, a fronteira ainda estava aberta e poderia se expandir mais ainda e havia motivos para felicitar a vinda da família real para este lado do oceano. Mas pouco depois, quando se desataram os liames nas áreas coloniais de Espanha e as perigosas idéias de república e federalismo começaram a vazar pelas fronteiras, retornariam as questões identitárias; e, na fronteira, viviam fronteiriços... Em todos os sentidos!

²⁶ AZEVEDO, Francisca Lúcia Nogueira de. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

A CARTOGRAFIA HISTÓRICA DO RIO GRANDE DO SUL

Ms. Marina de Lima Rabelo¹

Primeiramente eu gostaria de agradecer ao Gabinete do Governo de Estado do Rio Grande do Sul e ao Instituto Histórico e Geográfico deste estado, na pessoa de seu presidente, o professor Gervásio Rodrigo Neves, pelo convite feito à Fundação Biblioteca Nacional. Represento aqui a professora Maria Dulce de Faria, servidora responsável pela Divisão de Cartografia da Biblioteca Nacional, que infelizmente não pôde estar presente a este seminário. Fico grata pela oportunidade de poder voltar o olhar, pela primeira vez, para uma região geográfica específica, já que trabalho com a formação territorial do Brasil. O estudo da cartografia histórica me faz, desta forma, me deslocar no tempo e no espaço, para entender o processo da construção do território rio-grandense, lugar que só hoje me é dado conhecer.

Para entender a cartografia do atual território do Rio Grande do Sul, procurei ter em conta que os traços e os tratados do atual desenho da nação também envolvem a história da formação desse espaço. Há, no meu entendimento, uma relação intrínseca entre o estabelecimento da fronteira meridional da colônia portuguesa na América e a formação do território então chamado Rio Grande de São Pedro. O caráter específico dessa relação gerou uma identidade histórica própria, que ainda hoje se faz notar nos hábitos e na cultura do povo daqui.

A cartografia do Estado do Rio Grande do Sul constitui, portanto, um capítulo significativo para a compreensão do processo de consolidação dos marcos territoriais do Brasil. Foi somente no século XX que se formalizaram completamente os limites do estado com as demais nações sul-americanas, mas as intensas disputas entre as colônias ibéricas marcaram fortemente a cultura desta região. O fato de o Rio Grande fazer divisa com os domínios coloniais do Império Espanhol coloca-o em posição destacada frente às negociações da fronteira brasileira, principalmente a partir do século XVII, após a fundação da Colônia de Sacramento.

O conjunto documental de cartas do Rio Grande do Sul, bem como dos demais estados da federação, encontra-se espalhado por centros de pesquisa e de guarda de acervo histórico, tanto no Brasil como no exterior. No país destacam-se, em especial, a Mapoteca do Itamaraty do Rio de Janeiro, o Arquivo Nacional, o Arquivo do Exército, o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo e a Biblioteca Nacional. No exterior, as instituições que mantêm a guarda

¹ Pesquisadora da Fundação Biblioteca Nacional e Mestre em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

desses documentos são o Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa e as Bibliotecas Nacionais de Portugal e Espanha. Muitos destes documentos se encontram em arquivos cariocas porque, com a vinda do Príncipe Regente e da família real para o Rio de Janeiro em 1808, várias cartas foram trazidas para a antiga capital da colônia a fim de formar o acervo do recém-criado Arquivo Militar, reunindo a documentação relativa às diferentes províncias brasileiras. As instituições que mencionei possuem catálogos impressos que tornam pública a existência desses mapas.

Hoje, com o aumento crescente do interesse pelo material iconográfico por parte de pesquisadores de diversas áreas, a cartografia ganha novamente o *status* de fonte histórica. Para dar conta dessa demanda, as imagens desses acervos têm sido aos poucos digitalizadas e disponibilizadas para consulta pública pela Internet. Na Biblioteca Nacional, a maior parte do acervo relativo ao assunto “Rio Grande do Sul”, referente aos séculos XVII, XVIII e XIX, já está catalogada na base virtual; no entanto, ainda é muito restrito o número mapas e atlas entre os documentos digitalizados. Tornar disponível esse acervo no formato digital é um dos objetivos atuais da Biblioteca. Esta conversão facilitará o estudo de pesquisadores de todo o Brasil, socializando em escala nacional o acesso a obras que, até então, têm ficado guardadas num espaço físico determinado, distante de boa parte dos leitores que têm interesse em consultá-las.

Não é possível precisar com exatidão o volume de cartas e plantas correspondente ao estado do Rio Grande do Sul existente nas diferentes divisões da Biblioteca Nacional. Por questões de catalogação, estes registros podem estar contidos em referências sobre Região Sul e Brasil de maneira geral, ou distribuídos por temas como Guerra do Paraguai, Guerra da Cisplatina, ou podem, ainda, estar incluídos em coleções pessoais dentro de algum dos diferentes setores especializados. A documentação cartográfica sobre o Rio Grande do Sul não está, então, inteiramente armazenada na divisão de Cartografia. Outros registros sobre este assunto podem ser encontrados nas seções de Iconografia, Obras Raras ou de Manuscritos. É este, por exemplo, o caso da série de mapas de Francisco João Roscio, do final do século XVIII, e da rara edição do livro *Viagem ao Rio Grande do Sul*, de Auguste de Saint-Hilaire, de 1887.

Entre as divisões temáticas e coleções pessoais que contêm grande parte do acervo cartográfico da capitania, província ou estado do Rio Grande do Sul, destaco a coleção de Morgado de Mateus, governador da capitania de São Paulo no século XVIII, encarregado muitas vezes de estabelecer vilas e povoações para a defesa do estado contra o avanço espanhol na região. Os mapas e atlas da coleção vão além do território de São Paulo, abrangendo parte da região de São Pedro do Rio Grande do Sul e da América espanhola.

Outra coleção digna de menção é a do italiano, naturalizado argentino, Pedro De Angelis (1784-1859). De Angelis trabalhou na Argentina em 1827, a convite do então presidente Bernadino Rivadávia. Da sua biblioteca pessoal, comprada em 1853 por D. Pedro II, sobressai a *Coleccion de obras impresas y*

manuscritas, que tratam principalmente Del Rio de la Plata. O conjunto compõe-se de 93 mapas manuscritos e outras fontes documentais. Os principais assuntos relacionados nessas cartas geográficas são a dominação espanhola e portuguesa na América do Sul e as Missões Jesuíticas. Toda a documentação dessa coleção encontra-se digitalizada na base virtual da Biblioteca Nacional.

Outro eixo temático que concentra um grande conjunto de documentação relativo ao território rio-grandense é a Guerra do Paraguai. As cartas e plantas sobre o assunto foram recentemente catalogadas na divisão de Cartografia. Esta série documental é composta, em sua maioria, por representações manuscritas de batalhas e caminhos que envolveram as diferentes fases da guerra, mas contém também alguns exemplares de cópias dos mapas gravados que serviram de guia para os expedicionários.

Por fim, outra linha de pesquisa através da qual se pode chegar aos documentos sobre o Rio Grande do Sul seria a das fontes relacionadas à colonização do estado pelos imigrantes europeus, principalmente após a segunda metade do século XIX. Sobre este assunto, existem, na Biblioteca, alguns mapas importantes, que indicam a distribuição dessas colônias.

A cartografia que representa o território brasileiro foi marcada, desde os primórdios da colonização, pelos métodos e instrumentos desenvolvidos pelos cartógrafos e navegadores de Portugal. Mas foi apenas no século XVII, sob estímulo da produção holandesa, que se verificou um aumento significativo na produção de mapas por parte dos portugueses. O primeiro mapa que destaco seria, assim, a *Carta do Paraguai e adjacências*, do importante cartógrafo holandês Joan Blaeu, que representa a porção meridional da América do Sul (*mapa 1*). O que impressiona nesta imagem é a importância dada à demarcação das reduções jesuíticas, tanto da parte portuguesa quanto da espanhola, e ao território banhado pelo Rio da Prata. Por outro lado, apesar da precisão cartográfica, notável para o período em que os dados foram levantados, não há aqui ainda uma boa definição do litoral do Rio Grande do Sul. O desenho da Lagoa dos Patos, por exemplo, ainda se representava como a desembocadura do rio Grande. Há, no entanto, uma descrição pormenorizada, com indicação de vários topônimos, das vilas da região das missões.

Também do século XVII, merece ser estudado com atenção o “Atlas do Brasil”, de João Teixeira Albernaz II (*mapa 2*). O volume original se encontra na Mapoteca do Itamaraty, mas a cópia da Biblioteca Nacional possui 16 seções, uma das quais traz a representação do território rio-grandense. O autor teve a preocupação de descrever algumas missões jesuíticas, fazendas, engenhos, fortalezas e fortes, e de retratar, geograficamente, rios, ilhas e até algumas formas de relevo e vegetação. No entanto, não se conhece, desse período, uma cartografia exclusivamente dedicada ao estudo do território do estado do Rio Grande do Sul, ou porque não houvesse então interesse real de ocupação dessas terras, ou talvez porque, em meados do século XVII, esse espaço “não existisse” oficialmente para a Coroa portuguesa.

Já no século XVIII, há uma mudança na estrutura dessa colonização e, nesse sentido, a cartografia passa a buscar um detalhamento melhor dessas possessões, principalmente no litoral. O *Mapa do litoral sul do Brasil...* (mapa 3) é um bom exemplo desta ocorrência. A carta manuscrita, ainda com esboço do desenho a lápis, projeta apenas o litoral catarinense e parte do rio-grandense, mostrando pictoricamente a vegetação, o relevo e os principais acidentes geográficos. Verifiquei a existência de uma possível incorreção neste mapa: a proximidade da Lagoa dos Patos com a Ilha de Santa Catarina. É provável que a imagem corresponda à lagoa de Laguna, porque nela se vê desaguar precisamente o Rio Tubarão.

O Atlas seguinte (mapa 4) detalha com a mesma minúcia as ilustrações nele contidas. Este conjunto é composto de 35 folhas, entre mapas, plantas, vistas e desenhos de animais e pessoas, e faz parte da Coleção da Real Biblioteca. Destaca-se aqui a planta da Colônia de Sacramento, um documento que confirma o crescente interesse da Coroa portuguesa pela colonização da margem esquerda do Rio da Prata.

A próxima carta (mapa 5) mostra em particular a região da vila de São Pedro e dos lugarejos que circundam o Rio Grande de São Pedro. A demonstração inclui a batimetria do rio e possui cartucho explicativo da área abrangida pelo mapa. A preocupação de fornecer dados para estudar o povoamento da região faz crescer o interesse pela representação desse espaço. Há aqui, inclusive, indicações dos caminhos que interligam as freguesias, um elemento que atesta a importância comercial que se atribuía à Colônia de Sacramento e à região do Prata. O mapa aquarelado também representa a localização das fortificações espanholas e portuguesas.

Os dois mapas que seguem (mapa 6), ambos de Francisco João Roscio, fazem parte do *Compendio noticioso do continente do Rio Grande de S. Pedro*. Eles descrevem a costa do Rio Grande do Sul, destacando a lagoa dos Patos, a vila de São Pedro, a ilha dos Marinheiros, os fortes e estâncias, além de diversas ilhas e rios. São de mesmo teor o mapa intitulado *Plano do Rio Grande de S. Pedro* (mapa 7), sem autoria identificada, e a *Planta que compreende do Rio Grande de S. Pedro*, de Manuel Vieira Leão (mapa 8). Podemos supor que o número significativo de mapas existentes sobre a região neste período se deve ao fato de a vila de Rio Grande de São Pedro ter sido ocupada pelos espanhóis entre 1763 e 1777.

Em sua maioria, as imagens vistas até aqui são de mapas manuscritos, alguns deles cópias de originais gravados em metal ou em pedra. É em todo caso curioso notar a diferença entre estes dois tipos documentais e a sua relação com a precisão do mapa. Há certa tendência em se creditar maior veracidade aos mapas gravados, alegando em favor disso o seu caráter presumivelmente mais científico. No entanto, estes mapas incorrem em erros semelhantes aos que aparecem nos manuscritos, e consentem mesmo de uma certa defasagem temporal, pois o processo de gravação podia ser moroso a ponto de comprometer o acompanhamento dos estudos e dos levantamentos cartográficos. É o que indica o atlas *Guia de*

Caminhantes, de Anastasio de Santa Anna, do ano de 1817 (mapa 9). Este material manuscrito foi levantado com a finalidade de dar a conhecer a hidrografia e o conjunto de estradas, e pretendia, antes de tudo, fazer uma representação atualizada do território brasileiro até aquele momento. Em duas das 14 folhas do atlas, perfilam-se os limites da “Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul” com a Capitania de São Paulo (parte 3 e 4).

Os mapas seguintes são bastante diferentes dos anteriores. Trata-se já de cartas gravadas que apresentam uma configuração cartográfica muito próxima da atual. O primeiro que destaco, de 1838, é a *Planta do Rio de São Gonçalo na provincia do Rio Grande do Sul*, levantada por Pedro Garcia da Cunha e gravada conjuntamente com a planta da *Cidade de Pelotas* (mapa 10). A primeira mostra o rio de São Gonçalo, que margeia a cidade de Pelotas. É interessante notar o cuidado de identificação, em toda a extensão do rio, de algumas moradias, como a de um certo José Corrêa ou a de Faustino Corrêa, ou ainda a de D. Joaquina e a de uma mulher chamada Rosária.

Entre os documentos cartográficos catalogados por divisão temática, vale citar a *Planta da cidade de Porto-Allegre*, elaborada para representar as movimentações da Guerra dos Farrapos (mapa 11). A imagem permite-nos entender a evolução urbana da cidade. Como é possível observar, a cidade desde esse tempo já possui uma área bastante urbanizada, e se apresenta como um sítio organizado de forma quase ortogonal. A planta possui também legenda de identificação das edificações da área urbana e da área rural. O mesmo documento oferece ainda duas vistas da vila, assinalando o relevo e as construções no caso da vista “leste”. A segunda vista situa o posicionamento das embarcações no dia 30 de junho de 1836, descrevendo a ocupação da cidade de Porto Alegre pelos farroupilhas e a resistência do governo Regencial do Império. O pequeno mapa *Stampa do theatro da Guerra provincia do Rio de Grande do S. Pedro do Sul* (mapa 12) também remete ao conflito separatista promovido pela Revolução Farroupilha (1835-1845). O mapa seguinte (mapa 13), ainda sobre esse conflito, é de autoria de Lívio Zambecari, que participou da Guerra dos Farrapos e combateu ao lado de Bento Gonçalves.

Finalizo esta breve exposição, afirmando, então, que o afastamento espacial do Estado do Rio Grande do Sul determinou seu povoamento relativamente tardio. Com efeito, apesar do precoce interesse mercantil pela região do rio da Prata, foi bastante lento o reconhecimento cartográfico das suas fronteiras. Este afastamento, naturalmente, deve ser entendido em termos relativos, na medida em que presume a existência de um centro de poder, e indica a própria postura desse poder central com relação a essas terras, identificadas inicialmente como terras incultas ou sertões “desabitados”. É somente no século XIX, após a Corte portuguesa tomar consciência da amplitude de suas possessões, que se vai verificar a definição de um desenho fronteiriço, tal como percebemos hoje. A cartografia do Rio Grande do Sul caracteriza-se, assim, por esses deslocamentos de fronteira, cuja fixação se constituiu pelos diversos tratados e conflitos que mar-

caram as relações entre as coroas ibéricas na região. E creio que vale perguntar se não é justamente esta questão de fronteira, isto é, a posição de extremidade e vizinhança com o que está fora, o traço determinante e diferenciador da identidade do povo do Rio Grande.

Referências

ADONIAS, Isa. **Mapa: imagens da formação territorial brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht, 1993.

BIBLIOTECA Virtual de Cartografia Histórica: do século XVI ao XVIII. Biblioteca Nacional. Disponível em: < <http://consorcio.bn.br/cartografia/>.>

ANais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 121, 2001.

ARCHELA, Rosely Sampaio. Evolução histórica da cartografia no Brasil: instituições, formação profissional e técnicas cartográficas. **RBC - Revista Brasileira de Cartografia**, n.59, v.3, dez. 2007.

AS AMÉRICAS: cartografia da independência sécs. XVIII/XIX. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1999.

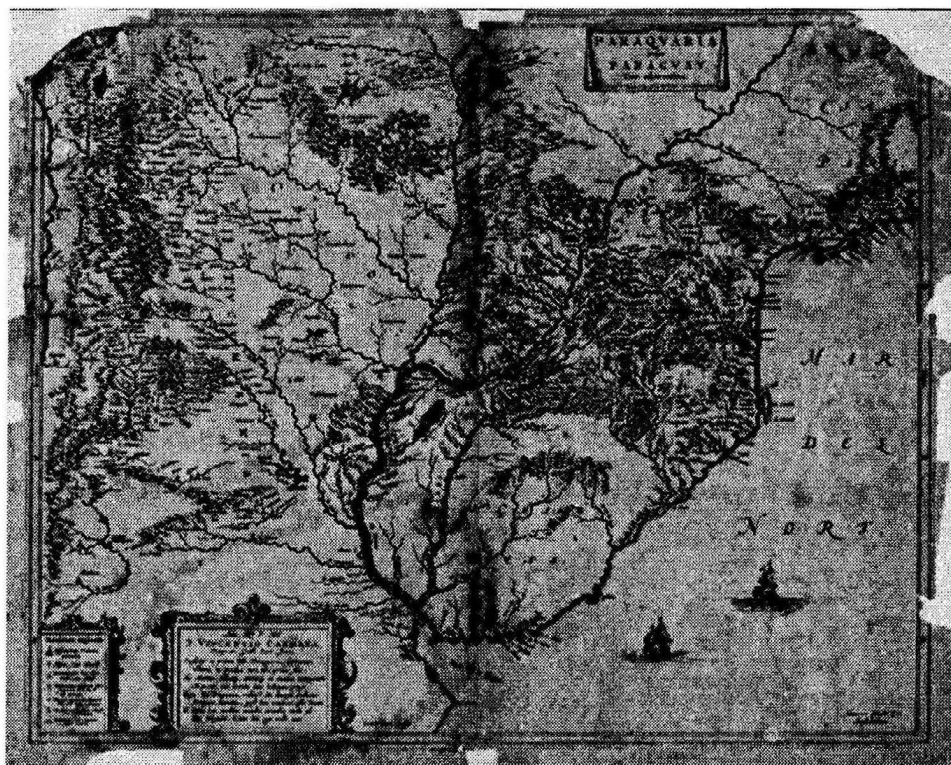
CABRIA, Juan Vicente Bachiller. **Cartografía manuscrita de Brasil en las colecciones españolas (1500-1822)**. Salamanca: Universidade de Salamanca, 2008.

CARTOGRAFIA e diplomacia no Brasil do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1971.

GRIJÓ, Luis Alberto (Org.). **Capítulos da história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Paraquaria vulgo Paraguay: cum adjacentibus [1665]
Mapa 1



[Atlas do Brasil]
 Demonstração da Cananeya athe o rio da Alagoa 1666
 Mapa 2



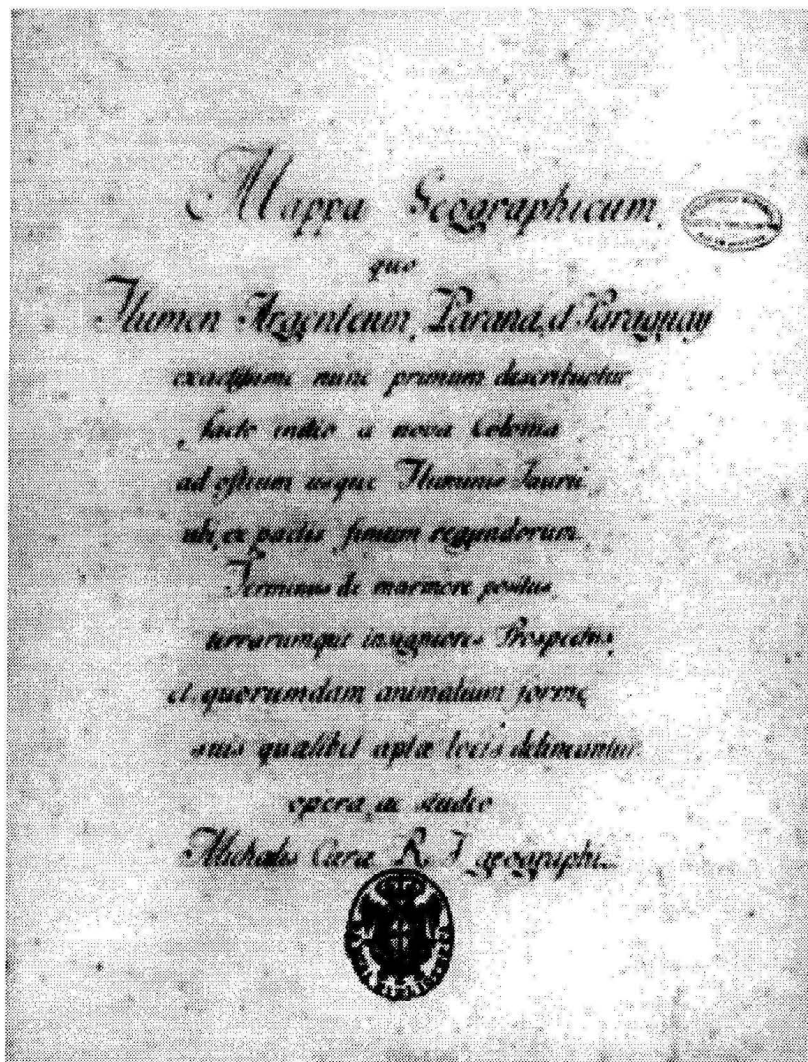
**[Mapa do litoral sul do Brasil desde a enseada das Garopas, em Santa Catarina até Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul].[17]
Mapa 3**



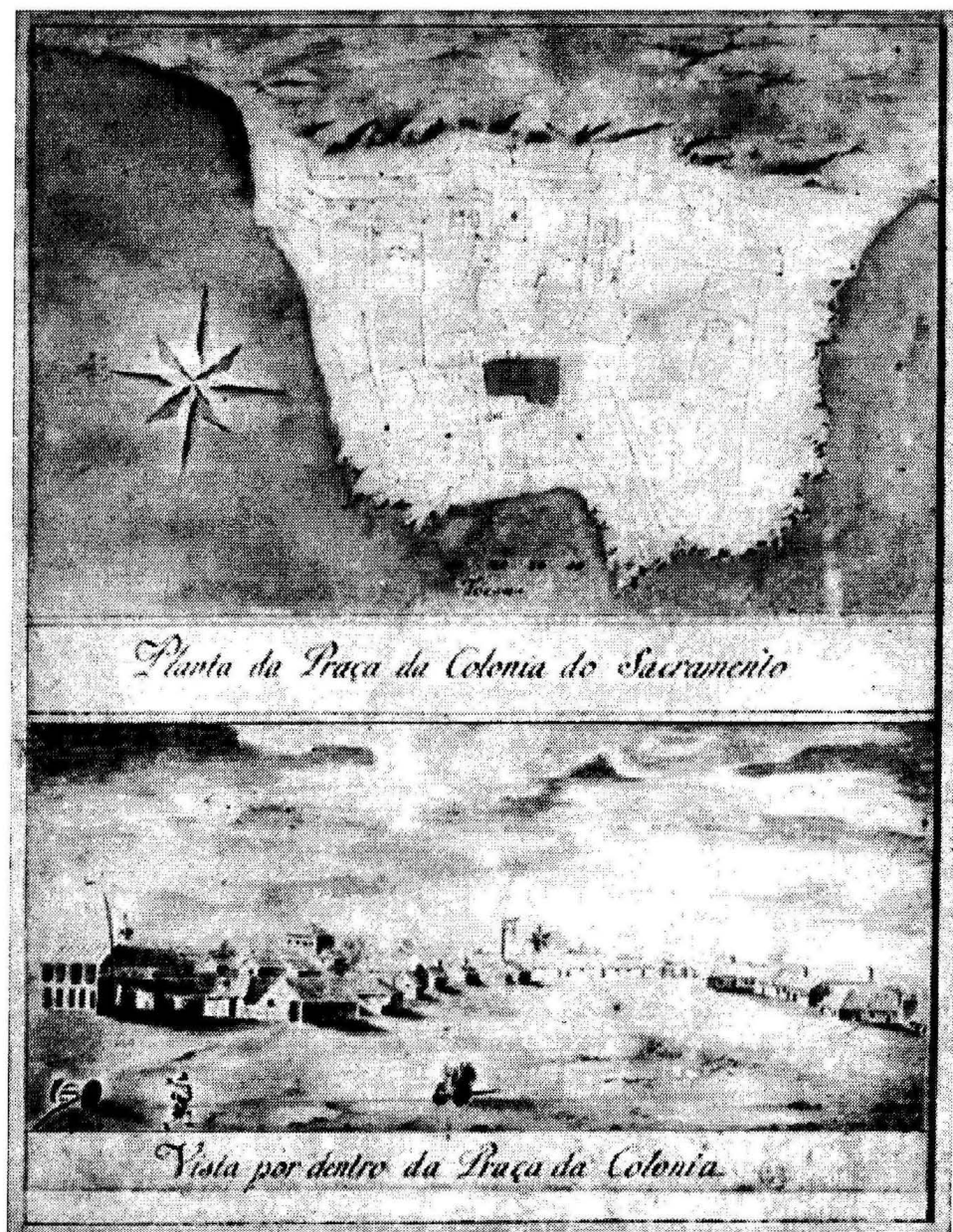
Mappa geographicum quo flumen Argentum, Paraná et Paraguay: exactissime nunc primum describuntur, facto inito a nova Colonia ad ostium usque fluminis iauru ube, ex pactis finuim regundorum.

1758

Coleção Real Biblioteca

Mapa 4**Parte 1**

Parte 3



Demonstração da Villa do Rio Grande de São Pedro sua Barra e terreno que da margem oriental do rio diz corre thé o sitio chamado o estreito da linha de devizão para o sul thé o rio e o terreno q' prezentem.te ganhamos dos espanhois, q' ocupavão. 1767

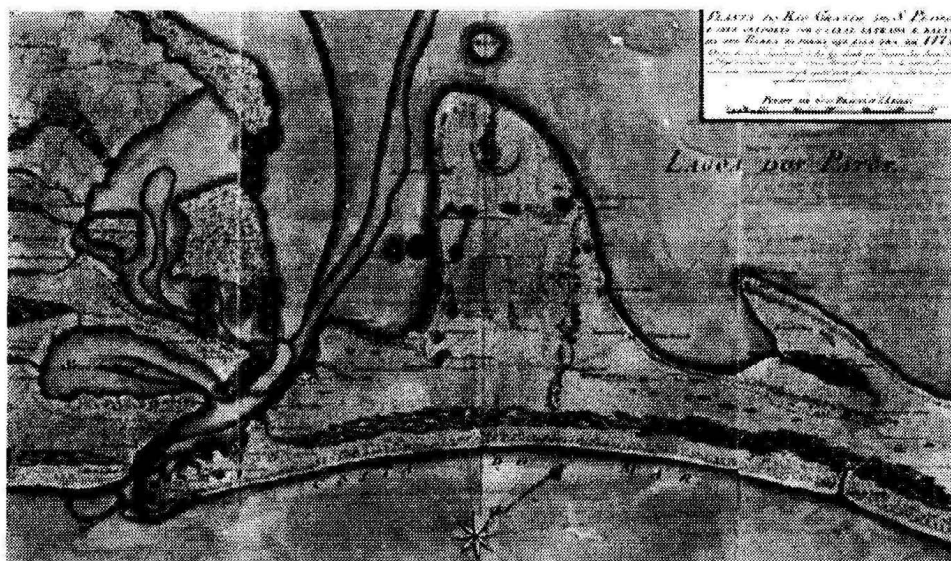
Mapa 5



Planta do Rio Grande de S. Pedro e seus oredores com o canal entrada e bayxos da sua barra na forma que ella era em 1774

Mapa 6

Parte 1



Parte 2



**Plano do Rio Grande de S. Pedro principiando a tirar no anno de 1776, e
acabado no de 1777.**

Collecção Benedicto Ottoni

Mapa 7



**Planta que compreende do Rio Grande de S. Pedro athe Taramanday, e o
Passo do Yacuy, tirada das Cartas Geográficas que se fizerão na
Demarcação da América Meridional [17--]**

Mapa 8



Planta do Rio de São Gonçalo na provincia do Rio Grande do Sul. 1838
Coleção Pimenta Bueno

Mapa 10



Planta da cidade de Porto-Allegre : com a linha de trincheiras e fortificações que lhe tem servido de defesa desde o memoravel dia 15 de junho de 1836, com as...
1839 *Coleção Pedro De Angelis*

Mapa 11



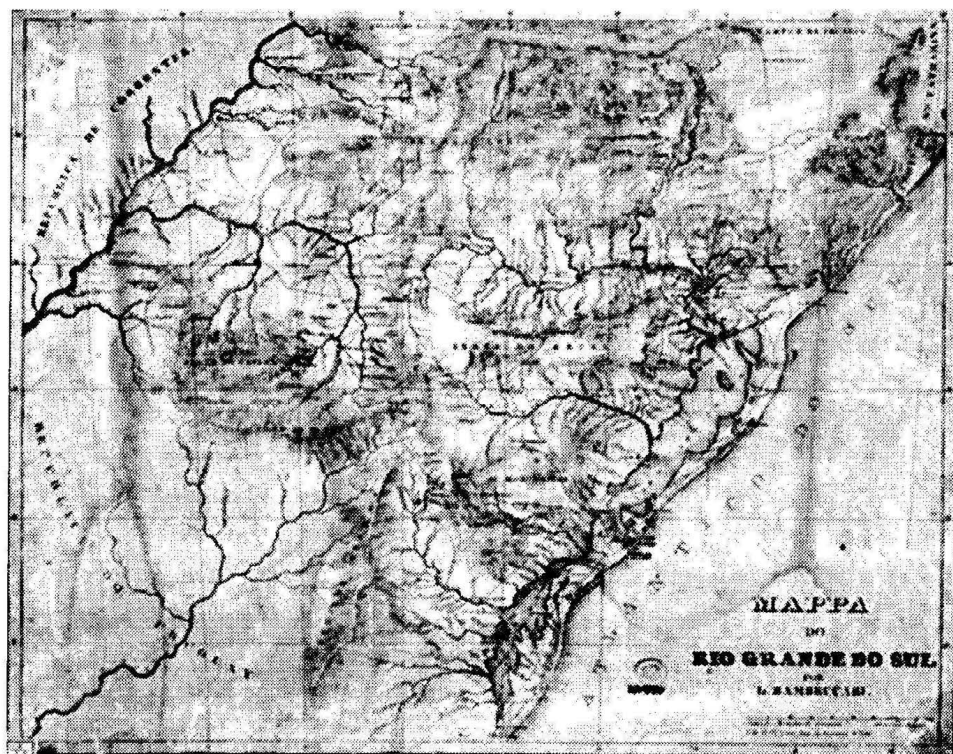
**Stampa do theatro da Guerra provincia do
Rio de Grande do S. Pedro do Sul.
1839**

Mapa 12



Mappa do Rio Grande do Sul
Coleção Benedito Ottoni [1840?]

Mapa 13



PAULO JOSÉ DA SILVA GAMA: ESTUDO SOBRE UMA TRAJETÓRIA.

Capitão-Tenente (Quadro Técnico) Carlos André Lopes da Silva.¹

Inicialmente, permitam-me externar o quanto me sinto honrado por participar deste seminário representando o Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha, Vice-Almirante Armando de Senna Bittencourt, em nome do qual agradeço ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, na pessoa da Excelentíssima Senhora Governadora Yeda Crusius, e ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, aqui representado pelo seu presidente, Doutor Gervásio Neves, pelo convite para apresentar comunicação sobre o Almirante Paulo Gama, governador da então Capitania do Rio Grande de São Pedro quando da vinda da Família Real portuguesa para o Brasil.

Paulo José da Silva Gama atingiu o posto de chefe-de-divisão em 10 de setembro de 1795, o que, atualmente, equivaleria ao posto de comodoro – primeira promoção dentro do círculo de oficiais-generais em algumas Marinhas, como a norte-americana e a inglesa. Assim, podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que no princípio do século XIX, após quatro décadas passadas dentro do aparato militar do Estado Português, o Almirante Paulo Gama era membro da elite militar de seu país. E, seguindo a conexão formulada por Carl Von Clausewitz² na sua mais difundida proposição – *a guerra é a continuação da política por outros meios* – também considerá-lo membro da elite política lusa. Exercia este papel, em um momento de crise do Estado, a iminente invasão do território português pelo Exército francês. A conseqüência esperada, e temida, de tal ação militar seria a deposição da dinastia de Bragança, ameaça que se mostrou verdadeira para o Reino de Espanha, pouco tempo depois, com a destituição da casa real que, durante séculos, foi a principal rival da monarquia lusa.

O oferecimento de uma aliança àquele que foi o grande protagonista da política europeia naquele início de século – Napoleão Bonaparte – na expectativa de se evitar que Portugal fizesse parte das suas já inúmeras conquistas, se esvaía diante da pressão exercida por Londres. A freqüente e eficiente política de neutralidade lusa perante os inúmeros conflitos europeus que, de modo geral, opunham a França e a Inglaterra, não encontrava mais lugar na escalada do conflito e obrigava seu monarca a aliar-se formalmente a um dos lados.

¹ Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pós-graduado em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Exerce a função de pesquisador no Serviço de Documentação da Marinha.

² Carl Phillip Gottlieb Von Clausewitz (1780-1831), oficial de estado-maior do Exército prussiano e teórico da guerra, escreveu a obra *Da guerra (Von Kriege)*, vista por muitos como o estudo mais analítico dentro desta área do conhecimento.

Portugal, apesar da condição geográfica de país continental, mantinha-se imperativamente voltado para o Atlântico, pois dependia do mar como via de acesso aos seus domínios ultramarinos conquistados há três séculos, donde fluíam as riquezas essenciais para o sustento das finanças do Estado. A manutenção das comunicações marítimas com as colônias sujeitava o Estado português à Inglaterra, que dominava os mares com sua marinha de guerra, a *Royal Navy*, desde o século XVII, e tinha recém reafirmado esta preponderância derrotando uma conjugação de forças navais franco-espanholas na Batalha de Trafalgar, em 1805. Restava ao então Príncipe-Regente Dom João uma decisão que, qualquer que fosse, iria se configurar numa ruptura e um risco à soberania portuguesa sobre seu território, ou sobre suas colônias ultramarinas. A dinastia de Bragança colocava em xeque sua sobrevivência econômica se aderisse à França, pois suas comunicações marítimas com as colônias seriam cortadas pela Esquadra inglesa, vislumbrando-se até a sujeição daqueles domínios ao Império britânico. Ou Portugal aliava-se aos franceses, colocando em grave risco suas possessões ultramarinas. Ou formalizava sua histórica coligação com Londres, mantendo a proteção da Esquadra inglesa sobre seus navios e suas rotas marítimas, porém, admitindo a invasão francesa a seu território.

A decisão do príncipe foi deixar Lisboa, levando a Corte para o Brasil, migrando a administração do pequeno reino europeu para o mais vasto e rico de seus domínios ultramarinos. As condicionantes deste evento singular na história das monarquias européias e seus desdobramentos para a história política de Portugal e para o nosso processo de autonomia foram, e continuam sendo, intensamente debatidos. Principalmente, durante este ano que marca o bicentenário da transferência da Família Real portuguesa para o Brasil. Seminários, como este que participamos, ajudam na construção de elos explicativos que encadeiam as conjunturas regionais da extensa colônia com o crucial evento histórico que tinha como *locus* imediato o Rio de Janeiro.

Embora muito da memória daquela que foi a única Corte européia a instalar-se nas Américas tenha-se materializado na então sede administrativa da Colônia, todas as capitanias interagiram com o Estado português transplantado para o Rio de Janeiro. E um dos principais canais de interação era a representação deste Estado nas capitanias. Assim, o nosso biografado, que exercia a função de governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro desde 1803, ganha foco. Porém, Paulo Gama conheceu as particularidades daquela região décadas antes, desempenhando outra função que compete somente ao Estado exercer; a função militar, a administração da violência, segundo conceito desenvolvido por Samuel Huntington³.

³Para o aprofundamento neste conceito, percebido por Samuel P. Huntington como a função basilar do oficial de forças armadas e vinculado ao estudo das relações entre civis e militares, ver da obra deste autor o Capítulo I de *O Soldado e o Estado: Teoria e Política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.

Não é o objetivo desta breve comunicação a análise da governança de Paulo Gama da Capitania do Rio Grande de São Pedro, nem traçar definitivas inter-relações da sua administração com as disputas políticas na Corte portuguesa nos momentos que antecederam a decisão do Príncipe-Regente de retirar-se para o Brasil. O que demandaria, com certeza, exaustiva pesquisa nos documentos sob a guarda de arquivos lusos e gaúchos. Aqui me cabe destacar a louvável iniciativa da Secretaria de Estado da Cultura e do Instituto Histórico e Geográfico deste Estado na digitalização da correspondência de Paulo Gama enquanto governador, disponibilizando estas fontes para um conjunto muito mais extenso de pesquisadores.

O que me parece mais apropriado, enquanto artífice da história militar, é ampliar a biografia de Paulo Gama como membro da elite militar do Estado português – com informações sobre sua formação e vivência de oficial da Marinha portuguesa, subsidiando futuras inferências sobre sua atuação como homem político à frente da Capitania de Rio Grande de São Pedro. Caracterizando a conjugação da função militar, num período de crescente profissionalização, com de servidor do Estado português.

Antes, porém, permitam-me uma breve digressão sobre este nicho do conhecimento histórico denominada história militar. Mais do que promulgar uma teoria ou expor um método, penso que seria importante historicizar o afastamento deste campo do saber histórico da história produzida e legitimada pela academia.

O que pode ser entendido como “história militar brasileira” surgiu em um berço comum à historiografia nacional. Tanto no contexto da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, como na obra de Francisco Adolfo de Varnhagem⁴, a temática militar foi explorada, imbricando-se à preocupação maior de formatar uma história geral para o Brasil em seu primeiro século de autonomia político-administrativa.

Os caminhos da historiografia brasileira no século seguinte refletiram em grande parte as novas concepções metodológicas surgidas no meio acadêmico europeu, sendo aqui representadas por obras referenciais como as de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior⁵. Ambos propuseram novas abordagens que indicavam uma ruptura com as concepções metodológicas advindas do historicismo do século anterior. Estes e outros importantes historiadores da primeira metade do século XX se distanciaram da história eminentemente política produzida no século XIX, provocando o gradual esvaziamento da história militar, reconhecida como segmento da história que tinha como primeiro ator o Estado-Nação. A influência dos *Analles* nos primeiros cursos de História a prosperarem nas nossas universidades ratificou esta tendência.

⁴ Para a exemplificar temática vinculada à história militar dentro da historiografia de Varnhagem, sugerimos a *História das Lutas com os Holandeses no Brasil*, editada em 1872.

⁵ Além dos fundamentais *Raízes do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo*, podemos citar a obra de Gilberto Freyre e os primeiros trabalhos oriundos da formação da graduação em História na Universidade de São Paulo.

Por outro lado, os historiadores “orgânicos” da Marinha e do Exército privilegiavam, sobretudo, a história como instrumento para a formulação da doutrina, da estratégia e, na sua função institucional, contribuindo para a formação do espírito de corpo, mantendo-se afastados dos caminhos metodológicos que a pesquisa histórica tomou no seio universitário.

A conjuntura política nacional na segunda metade do século XX só serviu para aumentar o distanciamento dos lugares de produção histórica vinculados às instituições militares da academia, privando a historiografia promovida dentro das primeiras de um arcabouço teórico-metodológico característico da produção oriunda do meio acadêmico. Por outro lado, a universidade desinteressou-se dos objetos que perpassassem a história militar e a história das instituições militares brasileiras, tanto por uma opção teórica como pelo citado distanciamento imposto pela conjuntura política.

O muro só começou a ser vigorosamente quebrado a partir dos anos 1990, com o constante crescimento de trabalhos acadêmicos sobre diversas temáticas vinculadas à história militar. É verdade que alguns tijolos já tinham sido retirados do muro desde os anos 1950 e, ao longo das décadas seguintes, por historiadores como José Honório Rodrigues, José Murilo de Carvalho, John Schultz, Jeanne Berrance de Castro, Eurípedes Simões de Paula e Ítalo Tronca, só para citar alguns.

Contudo, observa-se que as pesquisas desenvolvidas sobre história militar passam, muitas vezes, ao largo dos arquivos militares. Praticamente inexplorados, esses órgãos, criados inicialmente como mantenedores da memória burocrática e operacional daquelas instituições, reúnem informações que permitem extrair não poucos dados para análise, seja do ponto de vista da ocupação territorial, da defesa, da inserção das instituições militares dentro do Estado, como também do seu relacionamento com a sociedade brasileira, na qual buscam os membros que as compõem há quase dois séculos.

Para esta comunicação procurei junto a dois arquivos militares fontes que desvendassem a carreira militar do Almirante Paulo Gama. No Serviço de Documentação da Marinha, organização militar que sirvo, debruicei-me nos assentamentos militares de Paulo Gama, registrados no Livro-Mestre dos Oficiais do Corpo da Armada Real, documento datado de 1809, assim, já produzido em solo brasileiro. Buscando referências mais próximas ao início de sua carreira na Armada portuguesa obtive a inestimável ajuda do Arquivo Histórico da Marinha de Portugal, que digitalizou os assentamentos deste militar constantes de seu rico acervo.

Estes documentos podem parecer secos, sucintos em demasia, ao primeiro olhar. Contudo, guardam informações de uma etapa singular no processo de sedimentação das Forças Armadas como instituições permanentes dentro do Estado. O Almirante Paulo Gama vivenciou a gradual profissionalização do oficial-militar, a quem cabia, e ainda cabe, organizar, equipar e treinar uma força em armas; planejar suas atividades, logísticas ou de adestramento; e dirigir as operações militares, tanto na paz, como na guerra. De indivíduos ou grupos que lutavam por

quem melhor os remunerassem, característicos do fim do período medieval e da Renascença, simbolizados nos exércitos de aluguel dos *condottiere* da península italiana, o oficialato militar nos exércitos e marinhas feitos permanentes no Antigo Regime – principalmente, a partir da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) – foi ocupado pela nobreza. A gradual especialização e aperfeiçoamento da instituição militar demandaram a profissionalização da função militar.

Nascido no Rio de Janeiro em meados do século XVIII, filho do Tenente-Coronel Manuel da Silva Álvares, Paulo José da Silva Gama ingressou na vida militar em 2 de julho de 1763, como soldado no Regimento de Artilharia da Corte, graduação mais baixa da hierarquia do Exército português. Há época, o ingresso no oficialato não se dava por uma escola de formação, a Academia Real de Guardas-Marinha da Armada portuguesa só seria criada em 1782, a *Ritter Akademie*, da Prússia, data de 1765 e a *École Militaire* francesa foi fundada em 1751; em princípio todas direcionadas aos filhos da nobreza. Outros instrumentos, como o cadetismo, garantiam aos de sangue azul lugar privilegiado nos exércitos e esquadras reais. A entrada no oficialato para membros da baixa nobreza e filhos do Terceiro Estado se dava pelos postos mais baixos da hierarquia e, em cada caso, as influências particulares ou a distinção demonstrada em combate permitia o salto aos postos de comando. Na Marinha Inglesa do século XVIII não existia nenhum sistema regular de ingresso, muitos dos oficiais que lutaram nas Guerras Napoleônicas tendo entrado na força como taifeiros dos comandantes dos navios.

Assim, cinco anos após adentrar ao Exército português em seu posto mais baixo, Paulo Gama transferiu-se para as forças de mar como tenente-do-mar. Talvez seguindo uma vocação latente na herança genética materna, já que Teodora Joaquina da Gama tinha como antepassado o navegador Vasco da Gama, o mais notório personagem epopéia portuguesa da conquista do Atlântico. A posição de seu pai como oficial-superior do Exército português pode ter lhe dado o diferencial necessário a transição a oficial. Décadas depois, a Academia Real de Guardas-Marinha, que inicialmente só aceitava filhos da nobreza, abriu-se ao ingresso de filhos de oficiais-superiores de ambas as Forças Armadas, mesmo sem título nobiliárquico. Precedendo uma prática que iria se tornar preponderante um século depois nas Forças de terra e mar do Brasil independente, o oficialato se realimentava num circuito fechado, com o ingresso dos filhos de seus oficiais.

Foi como tenente-de-mar, a pouco embarcado na Fragata *São João Baptista*, em fevereiro de 1771, que Paulo Gama conheceu as terras meridionais da colônia portuguesa em um período de recrudescimento das intermitentes hostilidades entre os reinos ibéricos em torno da delimitação das fronteiras de suas colônias. Em que pese às contestações de ambos os lados advirem dos tratos de Tordesilhas, desde a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento, em 1680⁶ e ao longo daquele século XVIII, as terras da margem oriental do Rio

⁶ Posteriormente ratificada em 1681 pelo Tratado Provisional de Carlos II de Espanha e Pedro II de Portugal, este efetivado em 1701 em troca do temporário apoio de Portugal a candidatura de Felipe, Duque D'Anjou, ao trono espanhol (Guerra da Sucessão Espanhola).

da Prata foram intensa e violentamente disputadas por portugueses e espanhóis. Esta região foi palco de operações militares geradas pelas guerras travadas na Península Ibérica. Todavia, quando estas rusgas do Velho Mundo atravessavam o Atlântico ganhavam corpo, potencializadas pelos litígios próprios às administrações coloniais de Buenos Aires e do Rio de Janeiro.

Às hostilidades advindas da Guerra de Sucessão Espanhola que culminaram na retomada de Sacramento pelos castelhanos em 1705, se sobrepôs o Tratado de Utrecht, restituindo o potencial domínio português daquela margem do estuário do Prata. “Potencial” é a palavra escolhida por que, de fato, os lusos somente dispunham naquela região do bastião de Sacramento. Em 1723, expedição lusa pretendeu consolidar esse domínio fortificando a enseada de Montevideú, mas acabou desalojada a *manu* militar pelo Governador de Buenos Aires, Marechal de Campo Dom Bruno de Zavala. Este aproveitou o inacabado reduto português, e nele assentou artilharia, lá deixando uma guarnição de cem homens. A povoação espanhola fundada, Montevideú, passaria a contestar a premência portuguesa na margem oriental do Prata.

Novo ataque foi levado a cabo pelos espanhóis à Colônia de Sacramento em outubro de 1735, contando com mais de cinco mil homens e 12 navios de guerra. Desde junho daquele ano, espanhóis já empreendiam um bloqueio marítimo à colônia lusa, enquanto quatro mil soldados realizavam um sítio por terra. No Rio de Janeiro, o governador interino, Brigadeiro José da Silva Paes, preparou e enviou às pressas uma força naval para socorrer a colônia. Assim que chegou a região do Prata, a força naval dissipou o bloqueio que os navios espanhóis vinham impondo a Colônia de Sacramento.

Em Portugal, o recebimento da notícia do assédio espanhol a Colônia levou o rei a ordenar o preparo de uma força naval constituída de duas naus de 60 canhões e uma fragata de 54 canhões, sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra Luís de Abreu Prego, que suspendeu de Lisboa em março de 1736. Ao chegar ao Rio de Janeiro recebeu reforços e a ela se juntou o Brigadeiro Silva Paes, a quem coube o comando. Esta expedição militar obedecia expressas ordens reais: socorrer a Colônia de Sacramento, reconquistar Montevideú e fortificar o Rio Grande de São Pedro. Conforme palavras ditadas pelo próprio Dom João V, a última de suas ordens visava:

... assegurar a Baía do Rio de São Pedro e campanhas circunvizinhas, que igualmente pertencem aos meus domínios, do perigo a que estão expostas de que os espanhóis pretendam na presente ocasião usurpá-las também, como já intentaram em outro tempo, por cuja causa o Conselho Ultramarino me tem representado, em repetidas consultas, a necessidade que há de povoarem-se sem dilação as ditas campanhas, levantando na

margem do mesmo rio, (...) uma fortaleza que sirva de defesa do porto e amparo aos povoadores que quiserem estabelecer-se naquele sítio,...⁷

A força naval portuguesa no Prata combateu os espanhóis, apoiou a Colônia de Sacramento e estabeleceu o domínio do mar na Região. Após alcançar esses objetivos, parte dessa força regressou ao Rio de Janeiro.

O Brigadeiro Silva Paes permaneceu no Sul e, após ameaçar um ataque a Montevideú – que não ocorreu devido ao grande risco dos navios ficarem encalhados naquela enseada – decidiu partir para o Rio Grande de São Pedro e cumprir a missão de fortificá-lo. Ao chegar, tratou de organizar suas defesas e construir o forte que denominou *Jesus, Maria e José*. Estavam, assim, criadas as condições para o incremento da povoação desta região. Neste episódio, percebe-se a ação militar do Estado português contribuindo para a ocupação do vasto território do Rio Grande de São Pedro. Conforme observou Jean Meyer em *Le poids de l'Etat*, do século XVI ao XVIII o Estado “... não foi outra coisa senão um Estado Militar, encarregado quase que exclusivamente dos impulsos de violência, proteção e, eventualmente, de conquistas no exterior...”⁸ Assim, não causa espanto que as funções militares e as funções administrativas no Estado setecentista português terem sido exercidas, em boa parte, pelos mesmos homens, principalmente em se tratando de uma região de expansão e contestação de fronteiras como o Rio Grande, o que pode clarificar a nomeação de nosso biografado, um almirante, para a governança daquela capitania em princípio dos oitocentos.

Procurando solucionar suas questões de limites, Portugal e Espanha acordaram, em 1750, o Tratado de Madri que, dentre outras, estabeleceu a posse da Colônia de Sacramento pela Espanha e da região dos Sete Povos das Missões por Portugal. A “troca” não frutificou, após brava resistência indígena, reconhecida na historiografia como a “Guerra Guaranítica” (1753-1756) e contada por José Basílio da Gama no poema épico *O Uruguai*. O Tratado do Pardo, o “distrato”, anulou os efeitos do Tratado de Madri, retornando a Colônia de Sacramento à posse de Portugal.

Durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), Portugal e Espanha voltaram a ficar em lados opostos⁹. Como consequência, Portugal, que apoiava os britânicos, teve seu território invadido em 1762 por forças castelhanas. O Governador da Província do Rio da Prata e da Cidade de Buenos Aires Dom Pedro de Cevallos Cortez y Calderon determinou que os portugueses da Colônia de

⁷ Apud. BARRETO, Abeillard. A Expedição de Silva Pais e o Rio Grande de São Pedro. In: *História Naval Brasileira*. Segundo Volume, Tomo II. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979. p. 13.

⁸ MEYER, Jean. *Le poids de l'Etat*. citado por André Corvisier. A Guerra. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1999. p. 179.

⁹ Em 1761, a Espanha assinou um tratado de aliança com a França o que levou a Grã Bretanha a declarar guerra aos espanhóis. Como consequência Portugal que apoiava os britânicos.

Sacramento desocupassem as ilhas de Martin Garcia e dos Hermanos e, ainda, delegou ao Capitão Francisco Gorriti a incumbência de viajar até a Vila de Rio Grande para entregar ao comandante da mesma um ofício em que exigia a desocupação daquelas terras – já que, no entendimento da administração castelhana do Prata, com a nulidade do Tratado de Madri aquelas paragens retornavam à posse do monarca de Espanha. A Colônia de Sacramento dispunha para sua defesa de uma pequena tropa que não excedia 500 homens e seu governador, Vicente da Silva Fonseca, respondia às intimações de Cevallos procurando ganhar tempo enquanto aguardava reforços. Em outubro de 1762, a Colônia de Sacramento foi atacada pela quarta vez e, não obstante a resistência oferecida pelos portugueses, capitulou.

Os espanhóis continuaram avançando sobre terras ocupadas pelos luso-brasileiros, tomando o Rio Grande de São Pedro em 1763. Restabelecida a paz entre os dois estados após o Tratado de Paris, a Colônia de Sacramento foi restituída a Portugal. Entretanto, a Espanha manteve a ocupação do Rio Grande de São Pedro, ignorando os acertos de Paris que propugnavam a negociação entre os dois estados ibéricos visando à convenção de limites entre as suas possessões ultramarinas. Foi necessária uma ação militar para retomar o Rio Grande, e esta trouxe o jovem Paulo Gama para o centro do conflito. Em 1774, estava na *Nau Santo Antônio*, que transportou à Santa Catarina contingentes de três regimentos do Exército português. Era a primeira de pelo menos três frotas que partiram do Rio de Janeiro com tropas e apetrechos bélicos para mobiliar o Exército do Sul comandado pelo Tenente-General João Henrique Böhme, nobre alemão a serviço de Dom José I, um dos mais destacados auxiliares do Conde de Lippe na reestruturação do Exército português durante a administração pombalina.

Mas, Paulo Gama não tomou parte na ofensiva de Böhme. Enquanto uma parcela daquela esquadra, duas fragatas, duas corvetas e sete navios menores, comandados pelo Chefe-de-Esquadra Robert Mac Douall, também um estrangeiro, um irlandês, a serviço de Dom José I, teve importante participação na retomada da Vila de Rio Grande; Paulo Gama compunha a tripulação da fragata *Príncipe do Brasil* que, apesar de subordinada a Mac Douall, não participou do rompimento da barra de Rio Grande, a 19 de fevereiro, sob fogo das fortalezas e dos navios espanhóis. Em 1º de abril de 1776, os portugueses retomaram Rio Grande.

No mesmo abril de 1776, a governança no Rio de Janeiro recebeu ordens de Lisboa para que fossem suspensas todas as hostilidades, porém, tal determinação encontrou o Rio Grande reconquistado. Os espanhóis protestaram e, após insucessos diplomáticos, enviaram uma poderosa expedição militar sob comando de Cevallos, agora nomeado o primeiro Vice-Rei do Prata. Coube ao Marquês da Casa de Tilly, Tenente-General da Real Armada Dom Francisco Xavier Tilly, o comando da esquadra espanhola que era composta de 20 navios de guerra, armados com 574 canhões, e 97 embarcações diversas que transportariam um exército de mais de 10 mil homens. Largava aquela frota de Cádiz a 12 de novembro de 1776.

Conquistar a Ilha de Santa Catarina era o objetivo de Cevallos, pois compreendia que, após a perda de Rio Grande, aquele era o único ancoradouro desde Maldonado e Montevideu que suportaria receber tão portentosa força naval. Lisboa foi informada por espiões em Cádiz e Madri das intenções de Cevallos e retransmitiu-as ao Vice-Rei do Brasil, Luís de Almeida Silva Mascarenhas, o Marquês de Lavradio. Também informações sobre as defesas portuguesas caíram nas mãos da força atacante quando a Fragata *Lúcia Afortunada*, que largara do Rio de Janeiro para Lisboa, foi apresada por navios da esquadra de Tilly. Nela, foram encontrados documentos que discriminavam a disposição das fortificações e tropas que defendiam o Sul. Pelos documentos e por informações de prisioneiros, Tilly e Cevallos tomaram conhecimento da organização da força naval portuguesa no ultramar para confrontar a esquadra invasora. Os navios sob o comando de Mac Douall pretendiam ocultar-se na profunda enseada das Garoupas, ao Norte de Santa Catarina, para surpreender a esquadra espanhola quando esta estivesse dividida para confrontar os fortes e realizar o desembarque.

Em princípio de 1777, Paulo Gama fora promovido a capitão-tenente por comissão pelo Marquês de Lavradio, que utilizou-se das prerrogativas concedidas a ele pelo Rei. O comissionamento de oficiais era uma prática comumente empregada em períodos de conflito, quando havia aumento dos efetivos militares pelo recrutamento de populares para os postos mais baixos da hierarquia, os praças. Promoviam-se militares a postos superiores, ou mesmo nomeava-se civis como oficiais, visando o preenchimento dos cargos de comando abertos pelo crescimento no número de praças.

Paulo Gama ainda constituía a tripulação da Fragata *Príncipe do Brasil* quando esta juntou-se à Esquadra do Sul, comissionada para a defesa da Ilha de Santa Catarina. Esta força naval compunha-se de dez navios de guerra, armados com 362 canhões e tripulados por 3.060 homens. Num período de recuperação material da Marinha de Guerra portuguesa, depois da decadência iniciada durante a união das coroas ibéricas, esta esquadra reunia as *Naus Santo Antônio*, *Nossa Senhora da Ajuda*, *Nossa Senhora dos Prazeres* e *Nossa Senhora de Belém* e as Fragatas *Nossa Senhora de Nazaré*, *Príncipe do Brasil*, *Princesa do Brasil*, *Nossa Senhora do Pilar* e *Nossa Senhora da Graça* e, como navio de apoio, sem emprego na linha de combate, o Bergantim *Invincível*¹⁰. Uma força que pareceria poderosa se a compararmos – deixando de lado o quão anacrônico seria este exercício – com a portentosa armada adquirida sob a influência do Barão de Rio Branco, conhecida por historiadores navais como a Esquadra de 1910. Esta era também composta de dez navios, armados com 108 canhões de médio e grosso

¹⁰ Acompanhando essa força estavam duas sumacas e um iate como elementos de apoio, mas sem poder de fogo para serem relacionados como navios de guerra. As fontes escritas e iconográficas espanholas contam doze navios na força naval portuguesa, relacionando as três embarcações de apoio, pois Mac Douall, logo após ter avistado os primeiros navios da esquadra de Tilly, despachou o Bergantim *Invincível* para alertar as defesas da Ilha de Santa Catarina da chegada do inimigo.

calibre (isto é, calibres acima dos 100mm¹¹), que, no começo do século passado, foi um poder de fogo mais do que suficiente para confrontar os herdeiros do Vice-Reino do Prata e garantir a estabilidade geopolítica na fronteira Sul. Uma batalha naval no litoral de Santa Catarina, muitas vezes projetada por estrategistas navais brasileiros e argentinos do século XX, esteve perto de ocorrer cento e trinta anos antes.

A defesa da ilha foi entregue aos vários fortes nela existentes e à esquadra de Mac Douall, posto que o exército de Böhm assentou-se mais ao Sul, posicionando-se de Rio Grande à Sacramento.

A esquadra portuguesa encontrava-se fundeada entre as ilhas do Arvoredo e da Galé, portanto fora da enseada das Garoupas; deste modo, escapou de ser divisada pelas forças espanholas, pois Tilly enviará aquele fundeadouro duas fragatas em missão de reconhecimento. Foram os navios portugueses que primeiro avistaram a força atacante, em 18 de fevereiro, fazendo vela e colocando-se favoravelmente em relação ao vento, impedindo a aproximação dos navios espanhóis, largamente superiores em número e em poder de fogo. Até 19 de fevereiro, as duas esquadras se defrontaram sem que nenhuma tomasse a iniciativa do combate, ao final daquele dia a força de Tilly se retirou em direção à ilha. No dia seguinte, Mac Douall reuniu-se em conselho de guerra com os comandantes de sua esquadra e foi decidido que retornariam ao Rio de Janeiro, seguindo as determinações da carta de instruções de 31 de julho de 1776 do Marquês de Pombal ao Marquês de Lavradio. Esta dizia:

É preciso que V. Ex^a previna desde logo ao chefe de esquadra de Sua Magestade que deve evitar toda a ocasião de concorrer a mesma esquadra com a armada castelhana. E, muito mais, o perigo de ser a primeira surpreendida pela segunda na barra da Ilha de Santa Catarina, onde não poderá evitar, nem a surpresa, nem o combate com forças desiguais...¹²

Mac Douall optou por não comprometer a sua esquadra numa batalha desigual, talvez a única força que pudesse demover Cevallos de novamente intentar projetar seu poder sobre o Rio Grande, ou mesmo, sobre o próprio Rio de Janeiro. Porém, cautela é muitas vezes confundida com fraqueza, e Mac Douall teve que se defender de acusações de ter dado as costas ao combate. Na documentação castelhana também aflora uma anônima acusação ao Marquês de Tilly, acusando-o de falta de espírito combatente por não ter se confrontado com uma força naval

¹¹ Cf. verbete de CAMINHA, Herick Marques. *Dicionário Marítimo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Clube Naval, 1996.

¹² Apud. BARRETO, Abeillard. A opção portuguesa: restauração do Rio Grande e entrega da Colônia de Sacramento (1774-1777). In: *História Naval Brasileira*. Segundo Volume, Tomo II. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979. p. 266.

tão inferior a sua que “...*al parecer les servian de descubridores y correos.*”¹³ Os espanhóis ocuparam a Ilha de Santa Catarina em 5 de março e pela quinta vez atacaram a Colônia de Sacramento.

A determinação portuguesa de se manter na margem oriental do Rio da Prata, mesmo com o risco às demais possessões do Sul da Colônia do Brasil, arrefeceu com a morte de Dom José I, em fevereiro de 1777. Assumiu o trono de Portugal sua filha, Dona Maria I, que afastou o Marquês de Pombal, executor de uma política externa em freqüentes atritos com o reino vizinho, substituindo-o por Martinho de Mello e Castro. Também na Espanha, Carlos III destituía da Secretaria de Estado e Despachos o Marquês de Grimaldi, notório antagonista de Pombal e de suas pretensões no ultramar. Formava-se um quadro favorável para a resolução das questões de limites entre os dois países e foi assinado, em 1º de outubro de 1777, o Tratado de Santo Ildefonso, que restituiu a Portugal a Ilha de Santa Catarina, porém, com a perda da Colônia do Santíssimo Sacramento e da região dos Sete Povos das Missões, deixando os espanhóis com o domínio exclusivo do Rio da Prata.

Forjado nestes freqüentes embates com os castelhanos, Paulo Gama foi promovido a capitão-de-mar-e-guerra em 1784 e assumiu o comando de uma nau em viagem a Índia. Esta comissão poderia ser percebida como distanciada da função militar de um oficial de Marinha e dependente somente de seus conhecimentos náuticos, aproximando o comando das naus da Carreira da Índia ao dos grandes navios mercantes que hoje fazem chegar ao Ocidente a produção da ascendente economia oriental. Porém, as expedições portuguesas às suas colônias asiáticas continuavam, naquele final do século XVIII, tão militarizadas como eram à época da Armada de Cabral. Piratas muçulmanos e chineses infestavam o Oceano Índico em proporções comparáveis, senão maiores, aos bucaneiros que atacavam as frotas de prata espanhola no Mar do Caribe. E a Marinha portuguesa contava com um número menor de navios para percorrer uma jornada muito mais extensa do que a Armada de Castela. Dos 78 combates e escaramuças que navios portugueses se envolveram ao longo do século XVIII, segundo os registros compilados por Saturnino Monteiro na obra *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*¹⁴, 36 tiveram lugar no Índico e, destes, 25 foram travados contra piratas ou corsários orientais. A conjugação de conhecimentos técnicos de navegação com a função militar que definiria o caráter profissional de um oficial de Marinha começava a se sobressair perante os requisitos de nobreza para os cargos de comando da Marinha Portuguesa. Destaca o já citado Saturnino Monteiro que “... *os nobres vão sendo progressivamente substituídos no comando dos navios por capitães-de-mar-e-guerra e por oficiais estrangeiros,*

¹³ *Breve relación de la navegación de la esquadra y convoy...* Apud. . BARRETO, Abeillard. A opção portuguesa: restauração do Rio Grande e entrega da Colônia de Sacramento (1774-1777). In: *História Naval Brasileira*. Segundo Volume, Tomo II. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979. p. 281.

¹⁴ Cf. MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino. *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa. Volume VII (1669-1807)*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1996.

sobretudo ingleses.”¹⁵ O oficialato da Marinha portuguesa continuava a guardar lugar para a nobreza de sangue, mas esta era gradualmente substituída por uma “nobreza militar”, para utilizar o termo de José Murilo de Carvalho no destaque de seu caráter endógeno¹⁶, confirmado na própria biografia de Paulo Gama, pois seu filho, também Paulo José da Silva Gama, ingressou na Marinha como voluntário e, em 1796, já alcançava o posto de segundo-tenente. A Marinha portuguesa já não comportava a assertiva de Huntington, segundo o qual: *“O corpo de oficiais do século XVIII atendia mais às necessidades da aristocracia do que ao desempenho eficiente da função militar.”*¹⁷ E o afastamento da nobreza implicava na inclusão daqueles quadros ao Estado.

No na última década do século XVIII, Paulo Gama comandou diversos navios de primeira linha, como a Nau *Vasco da Gama*, na qual participou do ataque a uma frota de piratas que tinham estabelecido base em Trípoli, em 1795.

Efetivado no posto de chefe-de-esquadra em 1799, deixou os comandos no mar e passou a exercer diversas funções na administração pública do Estado português. Em 30 de janeiro de 1803, assumiu o governo da Capitania do Rio Grande de São Pedro, região que conheceu em meio a guerra e que administrou por mais de seis anos.

Coube a Paulo Gama, como aludi no começo da comunicação, governar o Rio Grande no singular ano 1808, quando Príncipe-Regente Dom João transferiu a administração do Reino de Portugal para o Brasil. Também durante sua administração se deu a elevação da Capitania de Rio Grande de São Pedro a capitania geral em 19 de setembro de 1809. Processo que teve decisiva participação de Paulo Gama, que também solicitou a Porto Alegre o título definitivo de vila, confirmada pela Resolução Régia de 27 de abril de 1809.

Entre 1811 e 1818, foi governador e capitão general do Maranhão, deduzindo daí o quanto merecia a confiança do Rei como reprodutor de sua administração e representante de seu poder, merecimento conquistado não somente pela sua longa carreira militar, mas pela sua atuação a frete do Rio Grande.

Certamente, foi o mérito advindo de sua atuação como servidor do Estado português que fez com que Dom João VI, no seu último ano em solo brasileiro, concedesse a Paulo Gama o título de Barão de Bagé. Honraria conquistada, inicialmente, como membro de uma oficialidade que se destacou do amadorismo e da lealdade um tanto quanto instável da nobreza de sangue para absorver um caráter profissional que fidelizava este segmento ao Estado. E, após quarenta anos de carreira militar, como parte dos quadros orgânicos daquele Estado que enfrentava o desafio de administrar aquele vasto domínio ultramarino. Finalmente, apenas cinco anos antes de seu falecimento, Paulo Gama viu-se portador da nobreza que faltava quando de seu ingresso ao serviço do Estado português.

¹⁵ Ibidem. p. 7.

¹⁶ Cf. CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. p. 16.

¹⁷ Apud. HUNTINGTON, op. cit. p.46.

PIONEIROS EM SÃO PEDRO DO RIO GRANDE 1808 (NOTAS DE PESQUISA)

Gervasio Rodrigo Neves¹

O processo demográfico de modelagem da territorialidade do atual espaço do Rio Grande do Sul, até o momento da transferência da Corte portuguesa para o Brasil, foi condicionado por fatores externos em três momentos: o primeiro se realizou no espaço entre São Vicente e o estuário do Rio da Prata identificado pela penetração e circulação dos comerciantes portugueses na rota para Potosi e no embalo do imaginário do ouro, tendo como base operacional a cidade de Buenos Aires e uma ampla rede de contrabando. É o momento em que a “**fronteira oceânica**”² - a linha do litoral - é representada na cartografia pela reduzida e grosseira linha do perímetro de um grande vazio interior³.

O segundo momento corresponde à organização dos índios e foi consequência direta da ação construtiva dos jesuítas e, depois, destrutiva dos bandeirantes.

A fase de organização dos índios foi interrompida pela penetração predatória dos bandeirantes a partir de 1635⁴, tendo como objetivo a procura de recursos minerais valiosos e a caça de ameríndios para as necessidades da expansão da lavoura açucareira nordestina e paulista. É o momento das migrações forçadas no qual os instrumentos da violência foram “*pólvora, chumbo e correntes*”⁵, fase dos conflitos entre portugueses, espanhóis e jesuítas cujo resultado foi a expansão territorial lusa, da qual sobraram as ruínas das Missões e uma rala população dispersa e em dispersão, totalmente subjugada.

O terceiro momento, típico de organização e povoamento, foi o provocado pela expansão da mineração aurífera das Minas Gerais, tendo como consequência a extração complementar dos imensos recursos representados pelo rebanho do gado alçado disponível como natureza e necessário à alimentação – como carne verde e charque (Tabela 1) – e a energia animal que fazia funcionar o vital sistema de transporte. É, também, o momento da organização intensa do contrabando. Essa foi a fase demográfica fundadora da capitania do Rio Grande em 1808, em plena expansão da produção de charque (Tabela 1).

¹ Membro efetivo do IHGRGS.

² NEVES, Gersário R. (coord.) A Natureza na cartografia histórica do Rio Grande do Sul: Mapas Históricos Ambientais do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do RS/Metrópole, 2008.

³ A Natureza na Cartografia Histórica do Rio Grande do Sul. 2008.

⁴ Alfredo Ellis Junior. *No Rio Grande do Sul*. In.: Meio século de bandeirismo. São Paulo. 1948, p. 143-191.

⁵ Alfredo Ellis Jr. Ob. Cit. p.156, transcreve ata na qual “... *informados que o seu capitão mor Pero da Mota Leite, por sés particulares interesses dava licença para irem os patos estas pessoas não levava mais pólvora e chumbo e correntes*” (Atas, vol.IV, p.252-3).

Tabela 1
Exportação de charque

Ano	Arrobas	Quilos
1790	209.418	3141270
1791	255.326	3829890
1792	259.671	3895065
1793	404.745	6071175
1794	443.462	6651930
1795	486.901	7303515
1796	492.650	7389750
1797	555.070	8326050
1798	238.333	3574995
1799	195.935	2939025
1800	289.050	4335750
1801	171.750	2576250
1802	347.115	5206725
1803	177.525	2662875
1804	202.543	3038145
1805	951.910	14278650
1807	966.052	14490780
1808	868.070	13021050

Fonte: Miranda, Márcia Eckera.

O povoamento dessa porção do espaço da América que viria a ser o Rio Grande do Sul foi um projeto que deveria ser mantido no mais absoluto segredo, pois envolvia a conquista de território então sob domínio espanhol. O caráter secreto da construção portuguesa foi explicitado pelo Conselho Ultramarino em ofício de 22 de janeiro de 1736 no qual Antônio Batista envia ao Secretario do Conselho, Manoel Caetano Lopes de Lavre, o alerta “*sobre as cautelas que devem observar para guardar segredo sobre o conteúdo das cartas e consultas acerca do povoamento do Rio Grande de São Pedro*”⁶⁷.

⁶⁷Ofício de 22 de janeiro de 1736 AHU. Rio Grande do Sul, cx1, Doc.5; AHU_ACI_CU_019, Cx.1, D.2. Transcrição.

É a partir desse momento que o povoamento do Rio Grande de São Pedro se fará com todas as características demográficas e sociológicas de “*frente pioneira*”⁷.

Grupos sociais construtores e resultantes das “frentes” constituíram o amálgama populacional: aventureiros, soldados, pobres despossuídos, africanos escravizados, índios, funcionários do Rei, comerciantes e contrabandistas. Os primeiros foram atirados num deserto demográfico, procedentes das áreas de exclusão de “vicentina” e de Portugal, continental e insular. Os demais chegaram à medida que a posse se estabilizava e a economia local se consolidava.

Esses homens forjaram a sociedade rio-grandense.

Resultante desses três momentos é o São Pedro do Rio Grande em 1808, em plena execução do Iluminismo português sob a liderança dos novos intelectuais e da ação política e estratégica de **Dom Rodrigo de Sousa Coutinho**, cuja política foi claramente expressa em seus discursos nas sessões da “**Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica para o Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hidrográficas, Geográficas e Militares**”, de 1798 e 1803, e executada no Brasil pela política direta e reflexa do Marquês de Pombal.

Algumas notas para pensar a história da população do Rio Grande do Sul no domínio do iluminismo português

Os dados utilizados para elaborar estas notas são os enviados pelos governadores da Capitania ao Conselho Ultramarino⁸, baseados nos registros de nascimento (batismo), óbito, casamento e da relação de moradores das freguesias⁹.

Uma séria questão metodológica perpassa a utilização dos “*mappas*” enviados pelos governadores. São várias cópias – inclusive do mesmo ano. Frequentemente, a soma das parcelas não corresponde ao total registrado no original. Essa questão necessita de uma séria análise crítica e de normalização, inclusive sobre a leitura dos algarismos originais.

Esses dados utilizados são aqui tomados apenas como tendências observadas.

No período de 1780 a 1814, a “*população fixa e controlada*” da Capitania aumentou de 17.923 para 70.656 pessoas, excluindo os menores de um ano de

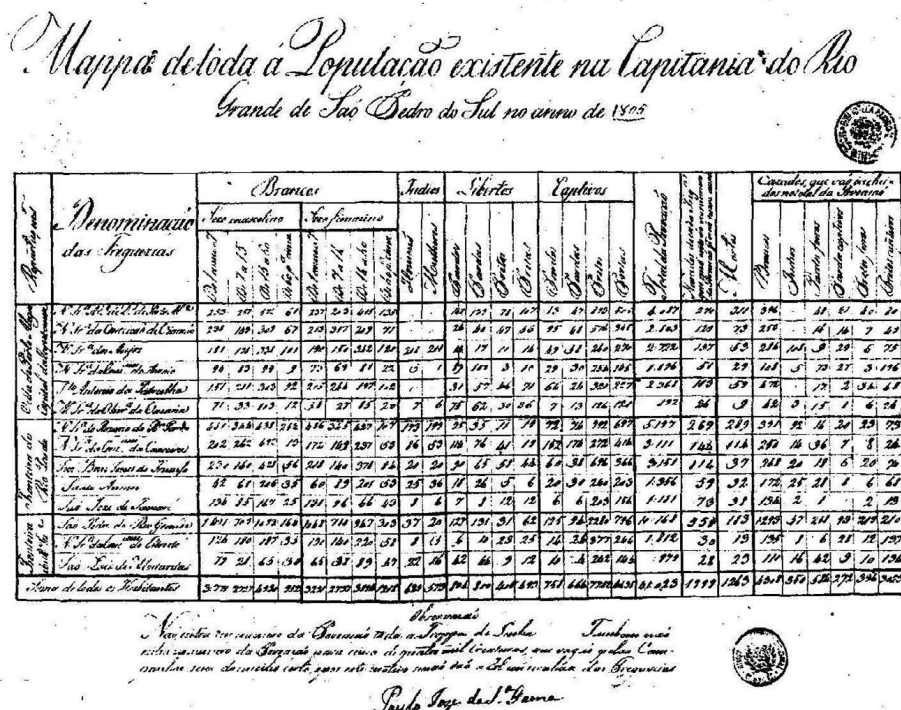
⁷ Vide Vianna Moog, Pierre Mombeig; Fernando Novais; Raymond Pèbayle, F. Turner. Vide bibliografia.

⁸ Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania do Rio Grande do Sul existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Porto Alegre. 2001.

⁹ “Mappas” ou tabelas de 1780, 1796, 1798, 1802, 1805 e 1814.

idade¹⁰, a tropa de linha¹¹ e os “vagos da campanha”¹² e os índios não aldeados¹³, como anotou o governador Paulo José da Silva Gama, em observação no “mapa” de 1805.

Figura 2



Fonte: AHU - Rio Grande do Sul - cx.11, doc. 669. Os registros da população da Capitania, segundo as fontes citadas, estão na Figura 3 e na Tabela 1.

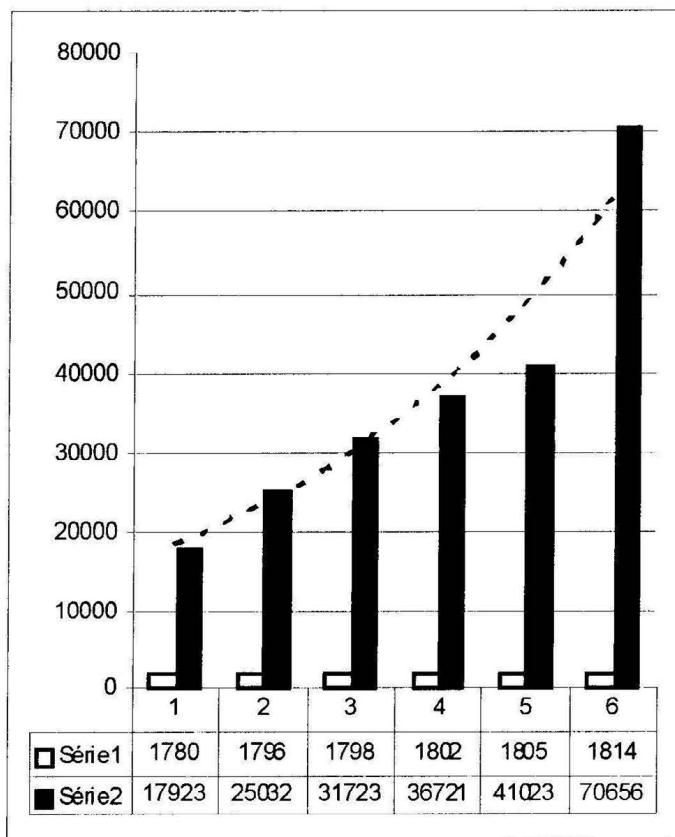
¹⁰ “Mappa” ou tabela anexa ao Ofício de 11 de outubro de 1807 referentes à população da Capitania em 1805.

¹¹ Observação no “*Mapa de Toda a população existente na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul no anno de 1805*” Forças militares regulares aquarteladas.

¹² Idem nota 3, anotada por Paulo Gama: “*Criaturas que vagam pelas Campanhas, sem domicílio certo, que por este motivo se não dão a Rol em nenhuma das Freguesias*”. População perambulando pelas charqueadas da campanha.

¹³ O total de índios na população de 1805 era de 1.208, dos quais 429 (35,5%) na Aldeia dos Anjos e 342 (28,3%) em Rio Pardo. Os índios estavam muito pouco dispersos nas demais freguesias. Nesse mesmo ano a população remanescente dos ameríndios das Missões era de 9.800, segundo cálculos de população.

Figura 3
População da Capitania: 1780-1814



Fonte: Ver nota 8.

O crescimento da população registrou taxas geométricas médias anuais muito altas, como registramos na Tabela 2 e na Figura 2.

Tabela 2:
Taxa de crescimento da população

Período	Taxa (1)
1780-1796	2,11
1796-1798	12,57
1798-1802	3,73
1802-1805	3,76
1805-1814	6,23

Fonte: Tabela da Figura 3.

Esse comportamento caracterizou um processo de “**explosão demográfica**”, atingindo no período de 1796 a 1814 taxas superiores a 3,0 % ao ano, cujos resultados estão para serem analisados nas condições especiais de uma população transplantada e em movimento.

O processo envolveu uma população de imigrantes multiculturais no período da exasperação de uma brutal movimentação emigratória espontânea ou forçada global.

Além da população ameríndia, aparentemente muito pouco incorporada à nova sociedade, mas com extraordinária capacidade de reprodução, cuja importância foi observada por Salis Goulart, que registra as notas de Saint-Hilaire, de que “*não havia estância em que se não encontrasse um peão indígena*” ou que “*todos os milicianos tinham uma índia como amante*”¹⁴, a restante era imigrante da Europa, continental e peninsular, da Capitania de São Vicente, de Laguna, da Colônia do Sacramento e da África das etnias das florestas equatoriais e das savanas. Formavam uma imensa massa de população sem-terra e sem nada em seus locais de origem: marginais de diferentes territorialidades.

É essa massa demográfica que cresce muito mais pelos desvairados deslocamentos migratórios do que por fatores biológicos com taxas de natalidade relativamente baixas e de mortalidade altas¹⁵.

O período que focamos é o do domínio de uma população pioneira, numa frente de povoamento dinâmica, embora dispersa em pontos de concentração, gerando um *habitat* com baixa densidade demográfica reforçada pela estrutura fundiária em lenta e privilegiada construção.

¹⁴ Jorge Salis Goulart, 1985, p.178.

¹⁵ Em 1805. Taxa de natalidade média das freguesias: 48,7 por 1.000 e máxima de 69,9/1.000 em Taquari. Taxa de mortalidade: média de 37,7/1.000 e máxima de 70,0/1.000 em Porto Alegre.

Os encontros e fundições étnicas

“O fenótipo predominante brasileiro é o de um moreno cobreado, porque foram raríssimas as mulheres vindas da Europa e também o número relativamente pequeno das vindas da África. A população brasileira na sua maioria é geneticamente indígena”.

Darcy Ribeiro¹⁶

A análise da composição da população segundo a “*cor ou raça*”¹⁷ é um precário indicativo do processo migratório transcontinental. Entretanto essa classificação já aparece nos “mappas” de população da Colônia¹⁸. Os dados referentes à população de São Pedro do Rio Grande indicam a composição de uma população multicultural, cujo grau de miscigenação é difícil de ser avaliado apesar dos significativos progressos nas recentes pesquisas de genética humana¹⁹.

Com os dados disponíveis, foi possível comparar o crescimento populacional dos grupos de “*cor ou raça*” entre 1805 e 1814 (Tabela 3).

Tabela 3
População por “raça ou cor”
1805-1814

	1805	1814	Diferença	% Aumento
Raça ou cor				
Branca	23.520	32.300	8.780	37,33
Indígena	1.202	8.655	7.453	620,05
Africana	15.233	20.611	5.378	35,30
Parda	2.526	5.399	2.873	113,74
Total	42.481	66.965	24.484	57,64

Fonte: Mapas de 1805 e 1814.

Em termos absolutos, o crescimento da população branca foi expressivo: o maior dos grupos. Entretanto no período de 1805 a 1814 verificou-se um excepcional incremento da população indígena, o que é explicado pela incorporação do território das Missões, que concentrava, em 1814, 73,88% desse grupo demográfico.

¹⁶ Ribeiro, Darcy. O Brasil como problema. p. 101.

¹⁷ Sobre a questão da raça, cor, nos censos demográficos do Brasil, veja-se Schwartzman, 1999. Ibidem. Para uma discussão mais ampla e comparativa: Petruccelli, 2002.

¹⁸ “Mappas” da população do período Colonial.

¹⁹ Em elaboração nas Universidades Federais de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

A população de origem, africana, cativa ou liberta, preta ou parda, teve um incremento global de 8.251 pessoas – praticamente igual à dos “brancos” – com nítido incremento dos “pardos”, o que identifica um rápido processo de miscigenação.

O crescimento da população de origem européia e africana (pretos e pardos) revela o forte processo migratório na construção de São Pedro do Rio Grande, com rápidos e deslocados “ciclos” de crescimento demográfico, reflexo dos movimentos, fenômeno típico das populações pioneiras, fato agravado na sua intensidade de deslocamentos em razão do “ambiente de guerra”²⁰.

O déficit biológico

O dado importante disponível nos “mappas” é o referente ao gênero, pois permite identificar a característica de uma população pioneira e de frente de povoamento no início do século XIX.

Em 1805, a população, segundo o sexo, estava assim distribuída na Capitania:

Tabela 4
População por sexo
1805

Raça ou cor	Homens	Mulheres	Total	% Mulheres
Branca	12.380	11.140	23.520	47,36
Indígena	629	573	1202	47,67
Pardos libertos	304	800	1104	72,46
Pardos cativos	758	664	1422	46,69
Pretos libertos	403	493	896	55,02
Pretos cativos	7.742	6.595	14.337	46,00
Total (1)	22.216	20.265	42.481	47,70

Fonte: Mapa de 1805.

A relação homens/mulheres (*sex ratio*) da população fixa ou controlada²¹ na capitania era de 1,19 o que revela o predomínio da população masculina na sociedade colonial e típica das frentes de povoamento.

²⁰ Invasão da Banda Oriental em 1811 e os preparativos à de 1816.

²¹ Registrada nas freguesias. Vide Mappas – AHU.

Segundo os grupos de “*cor ou raça*”, o déficit feminino apresentava-se muito desigual. O excesso de mulheres só ocorreu entre os libertos pardos (0,38) e entre os pretos libertos (0,81). O déficit de mulheres (1,17) estava entre a população preta (1,17), parda cativa (1,14), branca (1,11) e indígena (1,09).

Tabela 5
Déficit de mulheres

Raça ou cor	Homens	Mulheres	Total	Déficit mulheres
Branca	12.380	11.140	23.520	1240
Indígena	629	573	1202	56
Pardos libertos	304	800	1104	-496
Pardos cativos	758	664	1422	94
Pretos libertos	403	493	896	-90
Pretos cativos	7.742	6595	14.337	1147
Total (1)	22.216	20.265	42.481	1951

Fonte: Mapas de 1805.

Desde a fundação de Rio Grande, a falta de mulheres foi crítica. Essa situação se manteve e ainda era nítida em 1805, cujo mapa da população registrava 42.481 habitantes com o déficit de 1.951 mulheres, o que representava 4,59% da população.

Acrescentando à população masculina o contingente de 1.088 homens da tropa de linha e os 4.000 “vagos da Campanha”, haveria uma população masculina de 27.308 homens, o que representaria um déficit de 7.039 ou 16,56% da população, fato que explica a dominante ascendência materna de origem não européia da população do Rio Grande do Sul. Pesquisas recentes utilizando os “*marcadores genéticos*”: o cromossomo Y, que registra a linhagem paterna (masculino), e o DNA (mitocondrial), apenas transmitido pelas mães, revelam que mais de 90% das linhagens paternas de brasileiros brancos descendem de europeus, enquanto as linhagens maternas dessas populações brancas são constituídas de 33% de ameríndias, 28% de africanas e 39% de européias. Na população estudada na Campanha gaúcha, o quadro se altera: 43% têm ancestrais maternos indígenas; 37%, europeus; e 11%, africanos.

Esse quadro traduz e reflete o alto déficit de mulheres na formação das frentes pioneiras no Rio Grande do período Colonial e a conseqüente intensa relação sexual dos europeus com índias e africanas²². Nos aglomerados “urbanos”, povoados, utilizando dados da freguesia de Viamão, constatou-se uma forte en-

²² Áreas não urbanas no domínio dos campos.

dogamia, especialmente entre as populações originárias das áreas insulares portuguesas. Esses dados também tipificam as populações pioneiras. Essa observação pode ser comprovada por Israel (2006)²³ em seu trabalho sobre a população de Rio Grande no início do século XVIII.

Os movimentos

Por definição, as populações pioneiras são móveis e atuam nos “desertos demográficos”. O impulso aos movimentos são a busca pela propriedade fundiária e/ou as riquezas oferecidas pela natureza.

Populações móveis – movidas também pelos conflitos de interesses – necessariamente têm pontos de apoio, lugares, lugarejos, povoados e vilas. É no comportamento demográfico desses pontos polarizados por freguesias que podemos encontrar os indicadores dos movimentos.

No período considerado, observamos os movimentos no volume das populações nas freguesias das fronteiras de Rio Grande, Porto Alegre e Rio Pardo.

Distribuição demográfica: a construção da rede

A administração colonial portuguesa tinha clara percepção da necessidade de povoar as terras ao oeste da linha definida pelo Tratado de Tordesilhas ainda em discussão técnica e política. O povoamento não era percebido como forma dispersa que começava a ser construída através das doações de sesmarias. Pelo contrário, basicamente o objetivo era construir um território articulado de núcleos de concentração demográfica, o que fica claro no empenho de criação de povoados e vilas, como indicava Silva Paes em carta de 12 de março de 1736 enviada a Gomes Freire de Andrade.

O propósito da engenharia territorial portuguesa foi realizado com a distribuição da população – especialmente a açoriana, açodadamente transferida para o Rio Grande – em pontos dispersos²⁴. A primeira forma de controle do Estado sobre essas populações concentradas foram os assentamentos²⁵, ou seja, a instalação das freguesias com os precários limites descritos em 1780 por Betâmio.

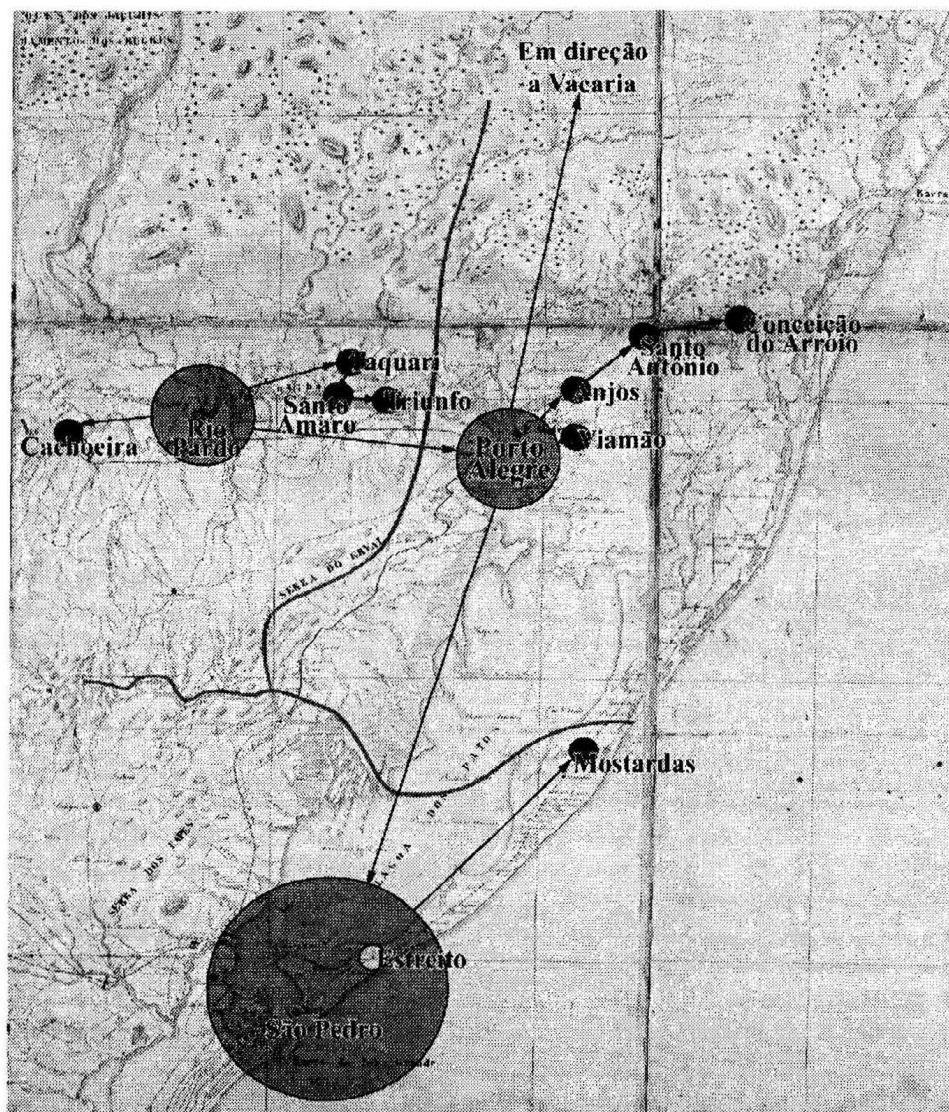
Quando o Príncipe Regente D. João chega ao Brasil, a capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul estava organizada em doze freguesias, três grandes “fronteiras” em rede de “povoados”, “vilas” e postos, num espaço maior do que o território de Portugal. A rede de povoados, com funções urbanas, do Rio Grande de São Pedro estava assim estruturada numa grande rede deliberadamente construída:

²³ ISRAEL, Carolina López. *As relações de Fronteira no início do século XVIII a partir de um estudo demográfico de Rio Grande*. In: *Biblos*. Rio Grande: 20, 2006 p. 51-64.

²⁴ RÜDIGER, Sebalt, 1965.

²⁵ Tanto os açorianos como os refugiados da Colônia do Sacramento ou das invasões espanholas permaneceram por longos períodos em assentamentos precários e móveis até a concessão de terras.

Figura 4
“Regiões” (fronteiras) e seus limites



Fontes: NEVES, Gervásio Rodrigo.

As freguesias dos subconjuntos das redes em 1805, nas três fronteiras, estavam assim posicionadas e localizadas:

1 – Fronteira do Rio Grande

1.1 – Nossa Senhora da Conceição do Estreito

1.2 – São Luiz de Mostardas

1.3 – São Pedro do Rio Grande

2 – Fronteira do Rio Pardo

2.1 – Nossa Senhora do Rio Pardo

2.2 – Nossa Senhora da Conceição de Cachoeira

2.3 – Nossa Senhora do Bom Jesus do Triunfo

2.4 – Santo Amaro

2.5 – São José do Taquari

3 – Vila de Porto Alegre, capital da Província

3.1 – Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre

3.2 – Nossa Senhora da Conceição do Arroio

3.3 – Nossa Senhora dos Anjos

3.4 – Santo Antônio da Patrulha

3.5 – Nossa Senhora da Oliveira de Vacaria

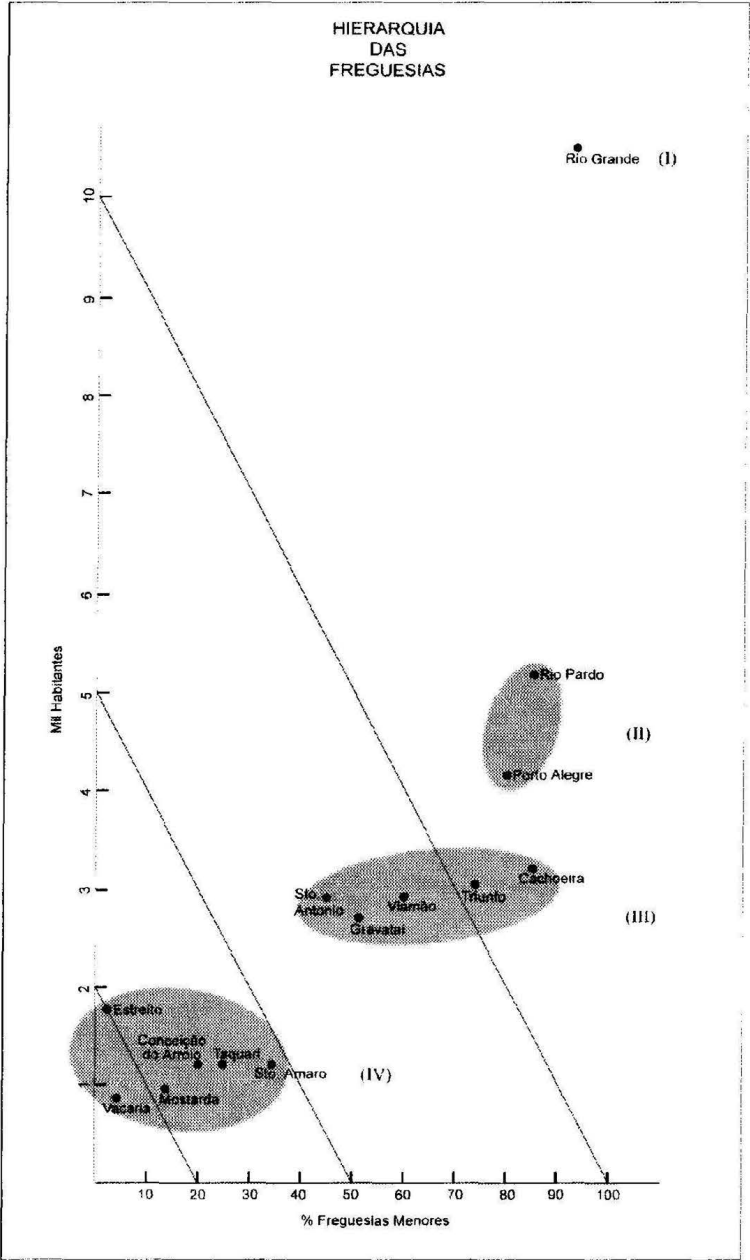
A rede das freguesias pode ser identificada por variáveis capazes de definir “áreas de influência”, “hierarquia” e “funcionalidade”²⁶.

Essa rede já se articulava com a rede brasileira em elaboração, não só em função da dependência administrativa como e principalmente pela “vida de relação” que pode ser avaliada pelos fluxos comerciais de importação e exportação da capitania.

Cada subconjunto da rede tinha o seu pólo, definido pela *massa demográfica*: Rio Grande, Porto Alegre e Rio Pardo, como observamos na distribuição da população das respectivas freguesias.

²⁶ Um belo desafio à investigação: a função específica de cada núcleo de povoamento.

Figura 5
Hierarquia em 1805



Fonte: NEVES, Gervásio Rodrigo. Rede de povoados em 1805.

Utilizando técnica que associa o tamanho da população com a frequência de relações com os aglomerados menores, pode-se definir os níveis hierárquicos da rede então existente como delimitar a área de influência de cada centro ou pólo. Pode-se aplicar, nesse último caso, as técnicas utilizadas em geografia com base na teoria gravitacional²⁷.

As redes complementares

Antes mesmo da construção da rede de povoados e vilas, logo após a criação de Rio Grande, é montada uma rede de defesa constituída de um conjunto de pontos de apoio:

1. as sesmarias, fontes de recrutamento das milícias particulares e de algum nível de abastecimento;
2. os postos militares, estes últimos bem distribuídos ao sul do Rio Grande e em torno da Lagoa Mirim, bem como na rota do Albardão ao norte de Rio Grande;
3. as fortificações e as “fazendas reais”, fatos que testam a complexidade dessa rede simultânea de ataque e retenção.

Essa rede complementar foi descrita no *Compendio Noticioso do Rio Grande de São Pedro até o distrito das ilhas de Santa Catarina 1774-1775*, de João Francisco Roscio, documento no qual descreve, com cuidado e precisão, as distâncias entre os diferentes pontos. Sob este ponto de vista, o Compendio de Roscio é um excelente instrumento para o conhecimento dessas redes complementares, permitindo inclusive definir com mais precisão as respectivas áreas de influência das freguesias. A precisa definição dessa rede será desenhada após minuciosa pesquisa nos mapas históricos. Tal pesquisa envolverá, também, a identificação mais detalhada das redes de fluxos do sistema.

Embora a rede estivesse bem estruturada e se constituísse na ossatura da atual do Rio Grande do Sul, a sua dinâmica foi, nessa época, cíclica em relação à massa demográfica em movimento, considerando que os núcleos (as freguesias) tinham ritmo de sístole e diástole (Figura e Gráfico) e, assim, garantiam o abastecimento de homens à expansão demográfica ou à defesa do território português em construção.

²⁷ Considerando a população como concentrada na sede da freguesia e as distâncias em linha reta entre os diferentes aglomerados.

Tabela 6
População nas freguesias
1780-1814

Freguesias		1780	1798	1802	1805	1814 (*)
1	Viamão	1.891	2.117	2.065	2.803	2.652
2	Santo Antônio da Patrulha	1.189	1.752	2.199	2.362	3.005
3	Conceição do Arroio (Osório)	417	1.063	1.041	1.195	1.574
4	Mostardas	591	1.006	1.187	979	1.077
5	Anjos (Gravataí)	2.355	1.996	2.718	2.722	2.497
6	Porto Alegre	1.512	3.257	3.927	4.087	5.680
7	Triunfo	1.277	2.806	3.037	3.151	3.257
8	Santo Amaro	720	1.131	1.661	1.356	1.819
9	Taquari	689	954	916	1.121	1.634
10	Rio Pardo	2.374	3.914	3.739	5.197	10.147
11	Cachoeira	662	3.414	3.283	3.114	8.021
12	Piratini					3.491
13	Pelotas					2.275
14	Rio Grande	2.421	6.500	8.390	10.168	3364 **
15	Estreito	1.254	1.727	1.713	1.812	2.275
16	Vacaria	571	746	845	892	3.364
17	Missões					7.948
Total 1		17.923	32.383	36.721	40.959	64.080
Total 2		17.923	31.723	36.721	41.023	70.656

Fonte: CAMARGO, Antonio Eleutherio de. 1868. Para comparação, foi excluída a população de menos de um ano de idade da tabela de 1814. Total 1: Total da soma das parcelas. Total 2: Totais registrados nos documentos originais. Xx - Entre 1805 e 1814 foram incluídas as freguesias de Piratini e Pelotas, desmembradas de Rio Grande.

Em síntese, os precários dados observados – no caminho de um projeto de pesquisa - permitem identificar, desde sua origem territorial, um nítido processo demográfico típico de áreas pioneiras. Entretanto é necessário ampliar, desdobrar e refinar as informações e a crítica quanto aos dados relativos à elaboração de uma história da sociedade em formação.

Na verdade, a chegada da Corte ao Brasil teve seu efeito social no Rio Grande e é preciso investigar essas mudanças sob o ponto de vista da história demográfica associada à demografia histórica, participar dessa aventura dos que são os únicos seres que se “*arrojam ao futuro*”, na expressão de Jean-Paul Sartre.

O passado é apenas o início desse salto.

Referências

AMARAL, Anselmo F. **Os campos neutrais**. Porto Alegre: Oficinas da Planus Artes Gráficas, 1972.

AMARAL, Manuel de. **Linhares** (D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 1.º Conde de de). Disponível em: <<http://www.argnet.pt/dicionario/linhares1m.html>>. (Transcrição).

ANDRADE, Francisco Eduardo. A conversão do Sertão Capelas na governabilidade nas Minas Gerais. **Varia História**, Belo Horizonte, v.23 n.37, jan./jun. 2007.

BERNARDI, Mansueto. As “Mozuelas” de Silva Pais. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 27 abr. 1960.

BETTAMIO, Sebastião Francisco. **Notícia particular do Continente do Rio Grande do Sul** (Noticias do Rio Grande, 1780). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [1780]. (Manuscrito).

CAMARGO, António Eleutherio de. **Quadro estatístico e geográfico da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. 1868. Apenso.

CANABRAVA, A.R. **O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)**. São Paulo: Editora da USP, 1984.

CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul: período colonial**. São Paulo: Editora do Brasil, 1980.

CESAR, Guilhermino. **Origens da economia gaúcha (o boi e o poder)**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2005.

CESAR, Guilhermino. **Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1801)**. Porto Alegre: UFRGS, 1969.

COLE, John P.; KING, Cuchlaine. **Quantitativa geography**. New York: John Wiley, 1968.

COPSTEIN, Raphael. Brasil, África e escravidão. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n.142, 2007/ 2008.

CORRÊA, Carlos Humberto P. **História de Florianópolis**. 2.ed. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. Discurso proferido na sessão inaugural da “**Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica pra o Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hidrográficas, Geográficas e Militares**”. Lisboa, 22 dezembro, 1798.

DROULERS, Martine. **Brésil: une géohistoire**. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

FORTES, João Borges. **Casaes**. Rio de Janeiro: Edição do Centenário Farroupilha, 1932.

GOULART, Jorge Salis. **A formação do Rio Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. Martins Livreiro/EDUSC. 1985.

HERRY, Louis. **Técnicas de análise em demografia histórica**. Curitiba. Edit. UF do Paraná. 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Trabalho & aventura. In.: _____. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

HUBERMAN, Leo. **Nós, o povo; epopéia norte-americana**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa: século XVIII**. 2006. 479 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

LEITE, Marcelo. Retrato molecular do Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 de mar. 2000.

MAGALHÃES, Manuel Antônio de. Almanack da Vila de Porto Alegre. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, ano 20, n.79, 1940, p.51-71.

MARQUES, Fabrício. *Apartheid* genético. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, jul. 2007.

MARRERO, A.R.; BRAVI, C.M.; et al. **The gaúcho genetic history: gene dynamics in southern Brazil: human heredity.** (No prelo).

MARRERO, Andréa; BORTOLINI, Maria Cátira. O DNA dos pampas. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, n.134, abr. 2007.

MIRANDA, Márcia E. **Fronteira, guerra e tributos: Rio Grande de São Pedro do Sul (1750-1825).** Disponível em: <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Marcia%20Eckert%20Miranda.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. **A Colônia do Sacramento (1680-1777).** Porto Alegre: Of. Gráfica Livraria do Globo, 1937. 2 vols.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. **A dominação espanhola no Rio Grande do Sul (1763-1777).** Rio de Janeiro: [s.n], 1979. Anais do Simpósio comemorativo do bicentenário da restauração do Rio Grande. v.4.

MOOG, Vianna. **Bandeirantes e pioneiros.** Rio de Janeiro: Globo, 1959.

NADALIN, Sérgio Odilon. **A demografia numa perspectiva histórica.** Belo Horizonte: APEB, 1994.

NADALIN, Sérgio Odilon. A população no passado colonial brasileiro: mobilidade *versus* estabilidade. **Topoi**, Rio de Janeiro, v.4, n.7, 2003.

NADALIN, Sérgio Odilon. **História e demografia: elementos de um diálogo.** Campinas: BEP, 2004.

NEIS, Rubem P. **Porto dos casais: criação da freguesia: fundação de Porto Alegre.** Porto Alegre: Metrópole, 1972.

NEVES, Gervásio Rodrigo. **A rede urbana e as fronteiras.** Revista Ensaios (FEE), Porto Alegre, p.118-140, 1990.

NEVES, Gervásio Rodrigo. Estrutura da rede urbana no Estado do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v.222, 1974.

NEVES, Gervásio Rodrigo. **População de Porto Alegre no momento da chegada da Corte Portuguesa no Brasil.** Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2008. (mesa-redonda, em 20 de março de 2008, trabalho não publicado).

NEVES, Gervásio Rodrigo (Org.). *A Natureza na Cartografia Histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. IHGRGS. 2008.

NOVAIS, Fernando A. **Aproximações**: estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

OSÓRIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro, formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. **Revista Brasileira de História**, v.20, n.39, 2000.

OSÓRIO, Helen; BERWANGER, Ana Regina; SOUZA, Susana Bleil de. (Orgs.) **Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania do Rio Grande do Sul existentes no Arquivo Histórico Ultramarino**, Lisboa. Porto Alegre: IFCH/UFRGS/CORAG, 2001.

PARK, Robert E.; BURGESS, P.W. **Introduction to the science of sociology**. [S.l: s.n.], 1924.

PENA, D.J., et al. Retrato molecular do Brasil. **Ciência Hoje**, n.159, v.27.

PENA, S.D.J. (Org.). **Homo brasilis**: aspectos genéticos, lingüísticos, históricos e sócio-antropológicos da formação do povo brasileiro. Ribeirão Preto: FUNDEC, 2002.

PETRUCCELLI, José Luis. Raça, etnicidade e origem nos censos de EUA, Canadá e Grã-Bretanha. *Estudos Afro-Asiáticos*. Vol.24n(3). Rio de Janeiro. 2000.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 12.ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

PREGO, Henrique da Fonseca Souza. **Descrição histórico-geográfica das capitânicas do Rio Grande do Sul e Bahia**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1814. (Manuscrito, localização: II-35,34,13).

PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Selbach, 1954. 2 vls.

RIBEIRO, Darcy. **O Brasil como problema**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

RIEUPEYROUT, Jean-Louis; FOLLET, René. **La vie quotidienne des conquérants du Far-West**. Paris: Hachete, 1983.

RIEUPEYROUT, Jean-Louis; FOLLET, René. **Os pioneiros do Oeste**. São Paulo: Verbo, 1986.

ROCHEFORT, Michel. **L'organisation urbaine de l'Alsace**. Strasbourg: Pub. Fac. des Lettres e l'Université, 1960.

ROSCIO, João Francisco. **Compendio noticioso do Rio Grande de São Pedro téo distrito da ilha de Santa Catarina. 1774-1775**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, [s.d.]. (Manuscrito, localizador 22,3,13).

RÜDIGER, Sebald. **Colonização e propriedade de terras no Rio Grande do Sul** (séc.18). Porto Alegre: SEC/DC/IEL, 1965.

SALDANHA, José de. **Diário resumido do Dr. José de Saldanha**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938.

SALZANO, Francisco M.; MAIA, N. Freire. **Populações brasileiras**. São Paulo: Comp. Edit. Nacional, 1967

SCHWART, Stuart B. **Evolução da população brasileira através dos censos até 1872**. Anais de História (6).1974.

SCHWARTZMAN, Simon. **Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil**. Novos Estudos CEBRAP (55). Novembro 1999.

SILVA, José Gentil da. **A situação feminina em Portugal na segunda metade do século XVIII**. Revista de História das Idéias v.4.1.1. Coimbra. 1982-1983.

SIRTORI, Bruna. Uma fonte inexplorada. **Os róis de confessados**: possibilidades e limites documentais. Rio de Janeiro: APERH, [s.d.].

TAUNY, Affonso de E. **História geral das bandeiras paulistas**. São Paulo: Typ. Ideal, 1925.

TURNER, Frederic Jackson. **The frontier in the american history**. New York: H. Holt, 1931.

TURNER, Frederick Jackson. O significado da fronteira na história americana. In.: **Oeste americano**: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América. Niterói: EdUFF, 2004.

VELLINHO, Moysés. **Capitania d'El Rey**. Porto Alegre: Editora Globo, 1964.

A REALIDADE SOCIAL, ECONÔMICA, POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DO RS NA PERCEPÇÃO DO GOVERNADOR PAULO GAMA (1803 A 1809)

Prof. Dr. Eugenio Lagemann¹

Cada gestor enfrenta uma realidade específica, o que torna difícil comparar o desempenho de cada um deles no processo histórico. Muito comum, porém, a situação em que um problema praticamente se perpetua até que um gestor consiga uma solução. Essa depende de muitos fatores, entre os quais, sem dúvida, a determinação e a capacidade de decisão. O que, isoladamente, não é suficiente. O ambiente político e social deve ser propício, ou o gestor deve ter a capacidade de criar o ambiente mais favorável para que suas determinações sejam aceitas e apoiadas.

Com esse preâmbulo em mente examinaremos a percepção da realidade social, econômica, política e administrativa registrada pelo Almirante Paulo Gama quando exerceu o Governo da então Capitania de São Pedro do Rio Grande de 1803 a 1809. Ao invés de relatórios de governo, apoiamo-nos nas cartas por ele dirigidas a seus superiores, entre eles o Príncipe Regente Dom João VI, publicadas em 2008 pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul no livro “Capitania de São Pedro do Rio Grande: correspondência do Governador Paulo José da Silva Gama”. Dessa forma, todas as nossas referências se relacionam a esse livro.

As cartas tratam de assuntos do cotidiano da administração, mas também apresentam análises e propostas. De forma sintética, observa-se que predominaram quatro temas: a delimitação e ocupação do território; a organização da administração pública; a política fiscal; e a avaliação da economia e sociedade gaúchas.

A delimitação e ocupação do território

Ao contrário dos dias atuais, Paulo Gama assumiu o governo de uma unidade administrativa ainda sem fronteiras geográficas definidas e um território ainda em processo de ocupação. Diante disso se envolve com a demarcação dos limites, precisa cuidar da relação militar com os castelhanos, se ocupar com a integração dos povos indígenas e administrar a distribuição das terras.

A divisa do Rio Grande do Sul com o Uruguai estava sendo demarcada e, na época, se pensava que os divisores fossem os rios Ibicuí e Santa Maria.

¹ Historiador e economista.

À comissão demarcatória o Governador aconselhou seguirem “as direções dos montes pelos cumes deles, ou dos rios aonde os houver a propósito” (p. 34). No caso dos rios, a orientação era a de ficarem desde as nascentes até a foz no mesmo domínio, o que, sem dúvida, evitaria conflitos posteriores. A preocupação do Governador de Montevidéo, em 1809, a respeito dos “verdadeiros limites” permite concluir que a questão fronteiriça ainda ocupou os gestores por algumas décadas, se lembrarmos que foi necessária a ação decisiva do Barão do Rio Branco para estabelecer a fronteira sul do Brasil no início do século XX.

Nessa fronteira viva, os cuidados militares eram essenciais. E disso se preocupou ao observar dos espanhóis confinantes “miudamente seus mais pequenos movimentos”, (p. 125), constituindo-se o Rio Grande a “sentinela do Brasil”. Colocou as tropas em prontidão em 1804 e 1807, nesse caso pela ameaça francesa e a aliança com a Espanha, e alistou para preencher os corpos de linha todos os habitantes dos 15 aos 50 anos e “todos os vadios e vagabundos” (p. 168) registrando-se que até “contrabandista foi assentado como praça de soldado para o desviar daquela criminosa inclinação” (p. 180). Embora exigisse essa dedicação de sua gente, não foi insensível às consequências. Cobrou e obteve dos seus superiores o envio de reforços de São Paulo, pois esse alistamento “iria arrancar braços indispensáveis a sua agricultura, com atraso da sua propriedade e prejuízo geral do Estado” (p. 182), aspecto que se repetiu durante a Guerra do Paraguai, quando o Rio Grande do Sul ofereceu os maiores contingentes. Cabe registrar um dos grandes problemas da época, a deserção, o que explica a decisão de acampar as tropas paulistas em Porto Alegre e não em Rio Grande, onde teriam que alugar casas de particulares e, mais importante, os desertores estariam indo para a área espanhola, reforçando o inimigo (p. 192). Ainda para fins de enfrentamento, tentou descobrir produtores de salitre e de pólvora para aprovisionar a Casa da Pólvora, em Porto Alegre (p.123/4).

A indefinição fronteiriça e a ameaça militar constante despertaram em Paulo Gama o desejo de “atrair as nações selvagens, que confinam com este país” (p. 110), revelando a posição independente desses grupos. A estratégia consistiu em criar com eles um colchão de proteção em relação à área espanhola, como o revela a justificativa do acordo de “proteção e amparo” assinado em 1806 pelo Governador com o cacique dos charruas, Gaspar:

(...) sendo estes indivíduos os mais destros no manejo dos cavalos e os mais práticos desta campanha, por cujos motivos, se tem pelo sempre temer e recear dos espanhóis, que ansiosamente desejam a sua total extinção, e assim no tempo da paz servindo-nos de uma formidável barreira contra qualquer surpresa dos nossos vizinhos, na guerra sem despesa à Real Fazenda aumentarão o número dos hostilizadores (p. 110).

A distribuição de terras foi um caso à parte. O Governador descreveu em 1803 uma situação caótica, em que as condições definidas em lei para a concessão de sesmarias não estavam sendo obedecidas. As condições eram, entre outras:

de cultivarem dentro de curto e determinado tempo, de as agricultarem, de não serem em extensão mais de três léguas o muito e de não terem mais que uma só sesmaria cada família, de não serem em margens de rios, de serem medidas judicialmente pondo-se-lhe marcos, etc. (p. 42).

Segundo a legislação descumprimento delas deveria ser punido com o retorno das sesmarias à Coroa. O que não ocorria. O resultado era a concentração de terras realizada mediante subterfúgios como a obtenção de terras para filhos ainda vivendo no pátrio poder, pela expulsão de proprietários de datas e até mediante suborno nas medições. Para que o território fosse ocupado e cultivado os procedimentos na concessão deveriam ser alterados e moralizados.

Os remédios sugeridos foram a aplicação da penalidade em caso de desobediência às condições legais, a legalização de ocupações, e um controle mais acurado no futuro. Para o ordenamento das propriedades sugeriu: a) a demarcação imediata das áreas concedidas, com a citação de todos os confinantes em processo sumaríssimo, sob controle de ouvidor ou juiz letrado, mas com direito a apelação; b) a legalização das posses comprovadas pelo uso, com proibição de futuras posses sem carta de sesmaria; e c) o recadastramento de todas as terras e legalização em prazo de 1 ano, após o qual, a concessão de sesmarias deveria ficar condicionada à certidão de vacância para evitar a duplicação das concessões de uma mesma área. Como se vê, problemas típicos de frente pioneira, que continuavam presentes no início do século XX no Rio Grande do Sul, quando a falta de titulação adequada das terras dificultava aos bancos em concederem créditos hipotecários nas áreas rurais.

A organização da administração pública

O Governador iniciou seu conjunto de cartas, tratando dos fundamentos de uma administração pública: a estrutura que propicia seu financiamento. A primeira medida que menciona é o estabelecimento de uma Junta da Real Fazenda, a qual deveria formar a pauta a ser exigida na Alfândega da Capitania, evitando-se, dessa forma, as demoras e o inconveniente das cobranças relativas às exportações do Rio Grande até então realizadas na alfândega do Rio de Janeiro. A alfândega foi instalada em Porto Alegre, sob o comando do Juiz e Ouvidor, secundado pelo escrivão, enquanto na Vila de Rio Grande, mais próxima à Barra, foi instalado um consulado, sujeito à alfândega principal, sob o comando do escrivão.

Para a organização da justiça, responsável pela fé dos contratos, pela certeza dos domínios e pela segurança pública definiu a sua profissionalização, com a

nomeação de um juiz de fora letrado, e sugeriu a divisão administrativa da Capitania. Até então existia apenas a Câmara de Rio Grande, que estava instalada em Porto Alegre em decorrência da ocupação castelhana da Vila de Rio Grande em 1763. Para facilitar a ação da justiça, necessitada de ouvir os acusados, era essencial reduzir as distâncias. Para tanto, sugeriu a divisão da capitania em quatro vilas, com suas respectivas freguesias, originando os primeiros municípios do Rio Grande do Sul: a) Porto Alegre, capital da Capitania, integrando Viamão, Triunfo e Gravataí; b) Rio Grande, abarcando São José do Norte e Mostardas; c) Rio Pardo, incluindo Santo Amaro, Taquari e Cachoeira; e d) Santo Antônio da Patrulha, integrando Vacaria e Osório. Embora Rio Grande fosse a mais populosa, com 8.390 habitantes, o Governador era de opinião de que a vila de Porto Alegre, com 3.927 habitantes, já poderia ser guindada à categoria de cidade, “pela sua população numerosa, pelo seu local e extensão e pela consideração que vai ater sendo a capital de uma tão importante capitania” (p. 128). A divisão administrativa foi concretizada logo após o final de sua gestão, mas a elevação de Porto Alegre a cidade só ocorreu em 1821.

A situação de insegurança da Capitania também exigiria, segundo o Governador, a instalação de uma Junta Criminal para processar os escravos, índios e mestiços, esses originários de Curitiba, então Capitania de São Paulo, e que “vagueiam sem domicílio certo capazes de cometer toda a sorte de atrocidades por qualquer insignificante paga, servindo de instrumento de vingança de qualquer particular”. Observa-se, pois, que os atuais tempos de insegurança já foram experimentados em outras épocas, embora com características próprias: no passado a insegurança predominava na área rural, hoje nos grandes aglomerados urbanos.

As condições das tropas, dos arsenais e das armas eram precárias e exigiam medidas imediatas. As tropas sofriam com as deserções, e uma das formas de enfrentá-las foi a concessão de anistia aos desertores para tentar recompor os quadros. Os armazéns reais e a casa da pólvora precisavam de reformas. A maior parte dos homens da cavalaria de milícias estava sem armamento e o Governador mandou “fazer paus de ponta” para eles, mesmo que reconhecesse que “semelhante arma pouco ofende e nada defende” (p.30).

A Feitoria do Linho Cânhamo era outro motivo de preocupação, pois o diagnóstico indicava o “deplorável estado em que está aquela cultura e seus estabelecimentos” (p.28), para cuja solução considerava necessária a troca de local da Feitoria, o que veio a ocorrer depois de finalizada sua gestão, com a opção por São Leopoldo, futuro abrigo dos imigrantes alemães. Reconhecia também que para reativar a cultura do cânhamo, importante fonte de matéria-prima para as cordoarias de uso intenso nos navios, seriam necessárias outras ações como instalar uma Mesa de Inspeção para classificar os produtos e, numa visão, muito contemporânea, autorizar a instalação de cordoarias por particulares, para gerar concorrência (p. 165), uma fórmula que superava o monopólio característico da economia colonial.

A política fiscal

O seu diagnóstico a respeito da situação das finanças da Capitania no momento da assunção do governo soa familiar: “os rendimentos que tem atualmente não chegam para as suas despesas” (p.28). Mas viu perspectivas favoráveis já que “ela em si tem meios superabundantes às suas despesas” (p.28). Por que então essa situação? Ao invés de criticar os gestores anteriores, Paulo Gama contextualiza a atuação dos seus antecessores, lembrando que governaram “com uma total dependência dos Vice-Reis” (p. 28) do Rio de Janeiro. A solução mais ampla desse problema viria com a Carta Patente de 19 de setembro de 1807, que elevou a capitania do Rio Grande para capitania geral, não mais subordinada à Capitania do Rio de Janeiro, fato que se concretizou com a posse do primeiro Governador e Capitão-Geral em 1809. O Governador Paulo Gama, entretanto, conseguiu dar passos na direção da autonomia administrativa mediante ações como a de fixar a pauta da alfândega na própria capitania.

As ações para o “ajuste fiscal”, termo recente, mas adequado à situação que estamos descrevendo, tiveram início literalmente no combate à sonegação, mais especificamente do contrabando, que marcou a história e o folclore gaúchos. Nas cartas foi destacado, sob o ponto de vista fiscal, o contrabando de fazendas pelo porto de Rio Grande. E as receitas arrecadadas pela alfândega após começar a operar a pauta definida localmente davam “bem fundadas esperanças de ver quase equilibrada ou ao menos em grande parte suprida a despesa anual” (p. 67) da capitania já em agosto de 2004. Mas o esforço de ajuste ainda seguiu. Em setembro de 2006, finalmente, o equilíbrio entre receitas e despesas estava praticamente alcançado, “subsistindo apenas insignificante deficiência (...) sem multiplicar impostos diretos e pesados, e sem obstruir o seu comércio e indústria” (p. 109).

Novas fontes de receita também foram avaliadas:

Uma delas era o “subsídio literário”, ordenado pela Lei de 10 de novembro de 1772, para financiar a educação, configurando o que se conhece como princípio da afetação da receita. Esse tributo seria aplicado sobre as matanças nos açougues, mas não poderia atingir as charqueadas para manter a competitividade do charque nos mercados externos na medida em que existiam outras incidências tributárias sobre esse setor tanto sobre seu principal insumo, o sal, como sobre o subproduto couro. Ao justificar a tributação sobre as carnes nos açougues o Governador emprega um conceito moderno qual seja o da elasticidade-preço da demanda, afirmando que essa tributação, “recaindo sobre o gênero mais barato do país (...) seria quase insensível ao povo” (p. 77), lembrando a velha máxima dos tributaristas de “depenar o ganso com o menor alarido possível”.

Outra contribuição seria a entrega anual de um cavalo manso por sesmaria, a ser utilizado pela tropa. Nesse caso novamente se prevê a afetação do recurso à destinação. E também repete que esse ônus “seria quase insensível” (p. 77)

aos criadores, os quais já eram onerados pelo quinto dos couros e gado vacum, mas nada os lesaria por ser sua produção “fácil, vantajosa e pouco dispendiosa” (p.78). Nesse ponto cabe ressaltar que os modernos sistemas tributários exigem que o pagamento seja realizado em moeda, ficando a entrega de bens ou mercadorias como uma alternativa excepcional, que depende de aprovação legislativa específica.

O aforamento de terrenos da Marinha, praticada em outras capitanias, e o arrendamento de terras recém conquistadas na fronteira completavam as alternativas para gerar novas receitas.

Pelo lado do gasto, constatava a realização diária de “indevidas despesas” (p.30). Um caso era o do municio (constituído de carne e farinha), oferecido “a muitas e diversas pessoas além da tropa” (p.78). Sua decisão foi pelo corte, mantendo-o apenas para os soldados e oficiais inferiores e limitando-se o municio aos oficiais subalternos à farinha.

Nas despesas de capital, incorridas com a construção da Casa da Pólvora e os Armazéns Reais, foram evitadas maiores somas pelo emprego de presos de galés e de escravos, esses emprestados gratuitamente pelos respectivos senhores. Para fornecer as tábuas necessárias à construção do novo trapiche da alfândega, por sua vez, foram utilizados soldados, que trocavam o pagamento por licenças.

A economia gaúcha

A visão mercantilista caracteriza a análise e as ações do Governador Paula Gama. A primeira das nove regras ditadas por Philipp von Hörnick aos dirigentes austríacos em 1684 (Clough & Moodie, 1978, p. 43) é a busca incessante para descobrir as riquezas minerais. Foi o que fez o Governador ao encarregar com algum segredo um miliciano que deveria obter informações mais precisas do local e circunstâncias de minas de ouro e metais inferiores (p. 161).

A competitividade das atividades econômicas, tema sempre atual, foi outra das suas preocupações. Essa estaria sendo prejudicada por dois fatores: contrabando e importações. O contrabando, por exemplo, retirando mão de obra escrava da capitania para a área espanhola, tornava os “escravos em Montevideu mais baratos que no Rio Grande” (p. 76), lembrando fato semelhante à atual situação em que os equipamentos agrícolas são mais baratos no Uruguai do que no RS devido às exportações legalmente beneficiadas pela não tributação. Na volta, os contrabandistas traziam de lá mais baratos que nesta capitania carnes, couros, farinha de trigo, sebo e graxa o que provocava “a ruína dos criadores de gado, dos lavradores, dos comerciantes e ultimamente desta Colônia” (p.38). Para proteger os criadores locais também não concedeu licença para o ingresso regular de bestas muars e cavalares em 1805, mesmo que com pagamento de tributos. Nessa avaliação, reconhece-se a aplicação da nona e última regra de Philipp von Hörnick, de que apenas em circunstâncias excepcionais se poderia permitir a entrada de produtos estrangeiros, sendo o

protecionismo marca registrada da política econômica mercantilista (Clough & Moodie, 1978, p. 44).

A infra-estrutura de transporte era constituída pela navegação e pelos caminhos para São Paulo, nesse caso ainda dominado pelo antigo caminho de Santo Antonio da Patrulha ao lado do qual se propunha abrir o caminho das Missões. No caso da navegação, como Torres era uma alternativa com extremo risco, restava a Barra do Rio Grande como única ligação de e para o exterior. As suas condições eram insatisfatórias e seu uso “não suscetível de embarcações maiores que bergantins” (p. 136). O problema consistia na pouca profundidade do canal e na mudança do mesmo pelo movimento da areia. Como não se vislumbrava a possibilidade de superar esse obstáculo no curto ou médio prazo, adotou-se uma alternativa provisória, qual seja a utilização de uma catraia – embarcação de pouco calado, movido a vela ou remo, geralmente por uma única pessoa – para servir de guia para as entradas (p. 136). As condições adversas da barra desafiaram a engenharia nacional e internacional e marcaram a história gaúcha. A instalação recente do Superporto inspirou o historiador Francisco das Neves Alves (2008) a sentenciar que o Porto e a Barra do Rio Grande constituem “uma secular aspiração que se tornou realidade”.

A visão estratégica do Governador Paulo Gama reconhecia a necessidade de desenvolvimento econômico regional com base na diversificação da atividade econômica, ainda muito voltada para a pecuária. Em sua análise do desempenho da economia de 1805 às páginas 93 e 94 observa que “todo o comércio tem dado um passo incrível”, mas a agricultura “não tem chegado a um auge” que preenchesse seu desejo e esforço. A razão está em que “não é possível conseguir, por ora, que os grandes possuidores de terras cultivem, contentando-se a maior parte deles com as produções de gado”. Expressa com veemência sua posição em favor da agricultura em 1803, quando escreve que “desta forma desamparada a agricultura jamais pode o país enriquecer-se” (p.41). Também constatou em 1806 que “nesta capitania todos os víveres da primeira necessidade (à exceção da carne) são muito mais caros, a cada dia parecem subir de preço em razão já de virem reexportados das outras capitanias” (p. 109).

Diante disso, para que a agricultura se tornasse a segunda atividade exportadora, para aumentar a geração de renda e de tributos, tanto pelos dízimos como pelas importações, Paulo Gama adotou para a Serra Geral e outros locais semelhantes a distribuição de terras devolutas dividindo as terras agricultáveis em pequenas datas somente de meio quarto de légua em quadro cada uma para casas ainda sem terras “para os obrigar à cultura por não poderem criar gado em tão pequeno terreno, sendo aliás sobejo para as plantações” (p. 94).

Para dinamizar a economia pelo estímulo às trocas internas, sugeriu a criação de uma moeda provincial com giro unicamente dentro da capitania.

Finalmente, o Governador Paulo Gama definiu sua missão de governo no bando, um documento colocado em lugar público para ser lido pelo povo em geral, que emitiu em 1808 por ocasião da vinda da Família Real ao Brasil no qual

afirma que o Rio Grande, “sendo a barreira e a segurança destes domínios, é ao mesmo tempo seu mais abundante celeiro” (p. 204). A segurança nacional e a produção de alimentos são, sem dúvida, marcas da história gaúcha.

Referências Bibliográficas

ALVES, Francisco das Neves. **Porto e Barra do Rio Grande: uma secular aspiração que se tornou realidade (uma introdução ao tema)**. Porto Alegre: CORAG, 2007.

CLOUGH, Shepard B. & MOODIE, Carol Gayle. **Historia económica de Europa**. 2ª ed. Buenos, Aires: Paidós, 1978.

RIO GRANDE DO SUL. Instituto Histórico e Geográfico. **Capitania de São Pedro do Rio Grande: correspondência do Governador Paulo José da Silva Gama**. Coord. Márcia Eckert Miranda, Liana Bach Martins. Porto Alegre: CORAG, 2008.